



ACÇÃO MÉDICA
ORGÃO E PROPRIEDADE
DA A.M.C.P.

ANO LXXXVI, Nº 1

MARÇO 2012

Fundador

José de Paiva Boléo

Director

J. Paiva Boléo-Tomé

(paivaboleotome@gmail.com)

Administradora

Ana Sarmento

(antoniosarmento55@sapo.pt)

Sub-Director

Alexandre Laureano Santos

(a.laureano@netcabo.pt)

Redactores

Abel Sampaio Tavares

Laureano Santos

Luís Rosário

José Augusto Simões

Vitor M. Neto

José E. Pitta Grós Dias

Conselho Científico

Walter Osswald

Levi Guerra

Daniel Serrão

Henrique Vilaça Ramos

Jorge Biscaia

José Pinto Mendes

Lesseps L. dos Reys

Número de Identificação: 501983589

ISSN – 0870 - 0311 – INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER

Depósito Legal n.º 28367/89 – Dep. D.G.C.S. n.º 106542

Administração: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 PORTO – Telef. 222073610

<http://amcp.com.sapo.pt>

Redacção: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 PORTO – Telef. 222073610

Execução Gráfica: T. Nunes, Lda - Rua Novo Horizonte, 313 – Frejufe – 4475-839 MAIA

Tiragem: 1000 exemplares

**ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS
CATÓLICOS PORTUGUESES**

Sede: Rua de Santa Catarina, 521 — 4000-452 Porto

DIRECÇÃO NACIONAL

Presidente: José Rueff Tavares

Vice-Presidente: João Paulo Malta

Secretário: Ana Félix

Tesoureiro: Ana Sarmento

Vogais: Margarida Neto

Aldina Brás

José Patena Forte

Rui Barreira

Assistente: Conégo Dr. José Manuel Santos Ferreira

Secretária: Maria de Fátima Costa (mfmléal@gmail.com)

NÚCLEOS DIOCESANOS (PRESIDENTES)

Aveiro: Jorge Rodrigues Pereira

Braga: Maria Emília Duarte Oliveira

Coimbra: Augusto Pinto

Faro: Santos Matos

Guarda: Víctor Santos

Lisboa: Sofia Reimão

Porto: Manuel Pestana Vasconcelos

Viana do Castelo: Avelino Gomes Amorim

Viseu: João Morgado

SUMÁRIO

ABERTURA: Educar é um risco; mas vale a pena J. BOLÉO-TOMÉ	3
Educação e Estado D. Manuel CLEMENTE	5
Educação: As crianças hoje Pe. John FLYNN	13
Educação, ensino e programas Helena MATOS	17
Educação: geração “à rasca” Mía COUTO	22
Educação: as reformas que a vão destruindo Sara FIDALGO	26
Educação, liberdade e homossexualidade José António SARAIVA	30
Educação e a distorção da liberdade Pe. Gonçalo Portocarrero de ALMADA	34
Educação e ataque à Igreja João César das NEVES	37
Educação - felicidade, um direito? Eliane BRUM	40
O dinheiro e a educação dos filhos Pe. Rodrigo Lynce de FARIA	46
Educação e Mulher Christiane Kadjo	48
Educação: a criança e o divórcio Valeria GIAMUNDO	51
Educação e o Papa Paola DAL TOSO	59
Reflexos de uma suposta «Educação Nova» Pe. Aires Gameiro	62
 HOMENAGEM NACIONAL ao Prof. DANIEL SERRÃO	
▪ Introdução Alexandre LAUREANO SANTOS	67
▪ Daniel Serrão: um Homem na História da Vida J. BOLÉO-TOMÉ	69
 NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS	
▪ Congresso da FEAMC	81
▪ Conselho da Europa: directivas antecipadas (Testamento Vital)	82
 «ACÇÃO MÉDICA» HÁ 50 ANOS Walter OSSWALD	87
 RESUMOS	“

NOTA: *Por decisão da Direcção da revista, os AA. não são obrigados a adoptar nos seus textos o novo Acordo Ortográfico*

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Pagamento adiantado

Associados da A.M.C.P.: desde que a quotização esteja regularizada recebem a revista sem mais qualquer encargo. Por ano

37,50 €

Não Associados:

Portugal

Um ano (4 números)

20,00 €

Avulso

5,00 €

Estrangeiro

Acrescem as despesas de envio

Estudantes

10,00 €

ABERTURA

EDUCAR É UM RISCO: MAS VALE A PENA

Não sei se pais e educadores conhecem ou ouviram falar num tal Artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Sou mesmo levado a desconfiar que, provavelmente, os políticos que fazem as leis ou as mandam aplicar, seja na Assembleia dos representantes do Povo (serão?), seja nos diferentes governos que vão passando por nós, não terão lido ou pensado seriamente no conteúdo desse Artigo 26º, e na responsabilidade que lhes cabe, respeitando a letra e o conteúdo e aplicando-o seriamente: «Aos Pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos seus filhos». Acentuamos: «o género de EDUCAÇÃO», que pode nada ter a ver com a simples ou complicada aquisição de conhecimentos.

A acumulação de erros, pedagógicos e formadores, de que enfermam os programas ditos educativos, desde erros elementares que a pressa do chorudo negócio (ou a ignorância?) deixou passar, até à introdução de conceitos ideologicamente muito discutíveis ou mesmo inaceitáveis, tudo se pode encontrar, nas muitas reformas que se têm sucedido em catadupa.

Todos, ou quase todos, sabemos que Educar não é fácil; por isso se torna num risco, principalmente no ambiente político-social que nos tem sido imposto. Mas é exactamente por isso que o risco se transformou em verdadeiro desafio que, não só vale a pena, mas que é urgente agarrar com todas as nossas capacidades. Uma “nova” prática política educativa, assente em valores sólidos e limpos de ideologias, é o que nos pedem as crianças e jovens, quando nos olham com aqueles olhos que foram claros e cristalinos, mas que se vão turvando com desatinos e angústias que os irão destruindo na alma e no corpo.

Num tempo de crise e de dificuldades, o país precisa, mais do que nunca, de qualificar as novas gerações, para que Portugal possa vir a ter um futuro

bem mais promissor do que aquele que parece se aproximar mais da nossa realidade. É isto que, provavelmente, todos pensamos e desejamos; foi isto que nos disse Raquel Abecassis, no início da «Semana da Educação», iniciativa promovida em conjunto pelo Forum para a Liberdade da Educação, e pela Rádio Renascença.

Foi na última semana de Janeiro, de 2ª a 6ª feira (27-01) que esta parceria, louvável a todos os títulos, ofereceu aos ouvintes a possibilidade de discutirem o que é essencial para que o ensino saia de vez da fossa asfíxiante em que foi introduzido, e em que aquilo a que se chama Educação não entrou... nem a deixam entrar. Talvez porque tenha sido empurrada para as tais “férias sabáticas”, na expressão feliz do Prof. Adriano Moreira, mas muito longas, longas, longas..., com mesmo mais do que os tais trinta ou quarenta anos que ele lhes atribuiu.

Educar é, indiscutivelmente, o maior investimento que é possível imaginar, em termos humanos, uma vez que marca, mais ou menos profundamente, toda a vida dos seres humanos, na sua maneira de pensar, nas suas escolhas, nas suas decisões, nos seus actos. O que somos, o que fazemos, o que dizemos ou transmitimos a outros, pode levar consigo a marca educativa que persiste no tempo, ou a marca deseducativa, com todo o seu cortejo de incompreensão, exclusão, agressão ou destruição, que o tempo só deseja esquecer.

Educar é mesmo um desafio, mas bem diferente de todos os outros. Não existe a alternativa de aceitar ou recusar: ou aceitamos porque compreendemos que esse é o nosso dever, irrecusável, ou recusamos o seu código de valorização humana e entramos então na onda destrutiva que conduz ao caos.

Educar... Quando será que esta palavra, com toda a riqueza de conteúdo que ela encerra, será adoptada e aplicada por uma humanidade que sofre e se interroga – PORQUÊ?

J. Boléo-Tomé

EDUCAÇÃO E ESTADO

D. Manuel CLEMENTE*

1. No momento actual da nossa história colectiva, sobre o tema que me propuseram, deixo-vos simples e breves considerações, certamente fruto de alguma vida vivida e convivida em ambientes escolares e dentro da cidadania geral que nos integra a todos. Teço-as no momento actual da nossa história colectiva, que requer de cada um e de todos o melhor contributo pessoal e institucional, para construirmos um futuro digno dos atuais e futuros portugueses, bem como dos que connosco partilham o devir europeu e extraeuropeu. Tal contributo que devemos dar terá algo de quantitativo, no tempo gasto e oferecido, onde a vida, a profissão ou o cargo nos colocaram, sem desistências nem conformismos. Mas deverá ser muito especialmente qualitativo, pois todos sabemos que não nos basta prolongar o que tínhamos – ou julgávamos ter -, antes devemos recriar-nos colectivamente para um futuro mais rico de humanidade compartilhada. Como é óbvio, a educação tem aqui um lugar primeiríssimo. Pois de valores se trata, da sua assunção e transmissão de uns para os outros e dos que estão para os que chegam. É um longo processo este, intrinsecamente ligado à cultura e à transmissão cultural.

* Intervenção de D. Manuel Clemente no Congresso do Ensino Superior.

2. **Cultivando valores...** Como sabemos, a primeira acepção da cultura foi a mais imediata e urgente, ou seja a dos campos, como agricultura e subsistência própria e dos seus. O étimo latino (*colere*) teve essa acepção, enquanto não ganhou outra, refluindo do cultivo para o próprio cultivador. Mas assim foi, passando da terra à “alma”, como cultivo interior e enriquecimento erudito e sábio. Mais perto de nós, com o romantismo, alargou-se à alma nacional e à cultura popular; com a etnografia e a sociologia passou a incluir tradições e instrumentos do viver e conviver, população a população. Hoje ganhou o sentido amplo de tudo quanto nos permite compreender e agir no meio natural e humano envolvente, com o melhor que recebemos do passado para resolver os problemas do presente e contudo o que este vai criando para prosseguirmos em frente. E, quando dizemos “o melhor que recebemos”, estamos já no campo dos “valores”, ou seja, do que demonstrou valia e importância para a realização pessoal e colectiva. O apuramento e transmissão desses valores constituem o cerne da nossa tradição viva. Essa mesma que faz de nós portugueses, europeus e seres humanos em geral, no quadro universal dos direitos e na partilha corresponsável dos deveres.

3. **É disto que falamos ao dizer “educação”.** Como a cultura, também ela é dinâmica e activadora, em relação a si próprio e – no caso familiar e escolar – muito especialmente em relação aos outros, por isso mesmo educandos. A palavra significa também “extracção” (*e-ducere*), para extrair dos outros o melhor deles mesmos, que só assim realizam as potencialidades que detêm, em benefício próprio e alheio. Não exagerando as coisas, lembro um antigo professor de filosofia, que dizia não sobrepor, antes extrair dos alunos o que já lá tinham; como os escultores que entreveem na pedra a imagem que pretendem, “limitando-se” depois a tirar com o escopro o que sobeja da ideia □ Será isto o essencial, pois insiste no aspecto personalista da educação. Mas inclui necessariamente todo o conteúdo teórico

e prático entretanto conseguido e absorvido, área por área. Bom educador será quem – extraia – do educando tudo o que ele possa realmente dar; mas só o fará se transmitir todo o conhecimento que lhe desperte a capacidade de aderir, aprofundar e criar por sua vez. É neste sentido que a erudição enriquece a cultura e o bom educador surpreenderá os educandos - e ainda mais se surpreenderá com eles.

4. O princípio básico é a dignidade da pessoa humana. Quando não podemos fugir à circunstância, podemos torná-la como ocasião, ocasião positiva. Aproveitemos então o momento – não só deste Congresso, mas o que “passamos todos” no sentido amplo da palavra, que tanto significa sofrer como ultrapassar – para nos recriarmos como sociedade e a partir da educação, de melhor educação. Na linha de pensamento que perfilho “também chamada Doutrina Social da Igreja” insiste-se em quatro “princípios permanentes”, aliás adoptados por outras escolas, nisto mesmo coincidentes, ainda que com variada formulação. São eles que, também agora, me levarão às restantes considerações sobre a educação e o Estado: 1º) A dignidade da pessoa humana; 2º) O bem comum; 3º) A subsidiariedade; 4º) A solidariedade. O primeiro e básico é a dignidade da pessoa humana. Tão primeiro e básico que atrai os outros em seu favor, sendo o seu objectivo e critério. Pode traduzir-se na irredutibilidade de cada ser humano, que não pode ser esquecida nem secundarizada, mas antes e praticamente servida em cada criança, adolescente ou adulto. Mas trata-se de “pessoas”, quer dizer sujeitos receptivos e activos da relação social em qualquer dos seus níveis, nessa mesma relação se realizando por si e com os outros, ou de si para os outros e dos outros para si, em absoluta reciprocidade. Assim mesmo somos e não de outra maneira, como também por contradição se poder apurar: - Que restou, de facto, das derivas individualistas ou massificadoras, que, ou esqueceram a dimensão social ou desconsideraram tal carácter irredutível de cada ser humano? As primeiras olvidaram o conjunto, as segundas a liberdade e a responsabilidade do sujeito.

No todo, o saldo foi tão negativo que só vale como demonstração do que absolutamente teremos de evitar - e muito principalmente no processo educativo. Mas, quando se fala de dignidade da pessoa humana, dá-se-lhe um sentido activo e activador. Dignidade em abstrato requer também dignificação em concreto, pois não basta afirmá-la em declarações sem a promover precisamente e caso a caso. Olha o educador para os educandos, vai-os conhecendo a pouco e pouco: não tardará em descobrir o que falta a um para poder estudar em condições, o que falta a outro para conseguir afirmar-se, o que falha a muitos para se descobrirem no que podem e valem...

5. O **segundo princípio**, ou seja, o **bem comum**: Conseguir os meios para superar tais lacunas, leva-nos imediatamente ao segundo princípio enunciado, ou seja, o bem comum. Pode ele traduzir-se no conjunto de condições e meios de toda a ordem “material, cultural, social, espiritual” que permitam a realização cabal de cada pessoa numa determinada sociedade. Só globalmente se consegue e, dado o progressivo desenvolvimento humano, nunca estará completo no seu todo. Algumas vezes atende-se sobretudo aos aspectos materiais e institucionais (mais do lado da civilização), outras vezes aos artísticos e mentais (mais do lado da cultura). No entanto, só conjuntamente se podem realizar, em autêntico bem comum. Os antigos romanos trouxeram ao nosso território valiosas contribuições civilizacionais, do urbanismo às famosas vias, que foram a base de muita comunicação europeia até à época moderna. Mas, além dos letrados e juristas, arquitectos e governadores da antiga Roma, chegaram também os pregoeiros do cristianismo primitivo, que difundiram convicções que sobreviveram à queda do império e sentimentos básicos que enformam hoje a nossa cultura, bem para lá a crença definida. Imaginemos o que seriam as antigas vias romanas, se não trouxessem ao nosso território senão legiões primeiro e hordas bárbaras depois— Imaginemos ainda hoje o que seria um país de magníficas autoestradas, se estas não proporcionassem o fluxo

das coisas e das ideias; ou de belos estádios, onde não se cultivassem boas práticas desportivas, ou nada acontecesse mesmo... O bem comum só na totalidade dos seus aspectos pode servir o objectivo próprio da dignificação concreta de cada membro do corpo social. E tem na educação, da família à escola, como na sociedade inteira “pedagogia comum de nós todos” o seu campo de eleição.

6. Ninguém se realiza sem ter em conta os outros. Os outros dois princípios enunciam-se como subsidiariedade e solidariedade. Para o fito desta intervenção, vou trocar-lhes a ordem. Da solidariedade digamos rapidamente que requer a convicção e a atitude próprias de quem sabe que nenhuma pessoa ou grupo se realiza e mantém sem ter em conta os outros, tanto mental como praticamente. Como sucede entre pessoas – sujeitos em relação, que só mutuamente se revelam -, assim na sociedade em geral, etimologicamente mundo de “sócios”, companheiros e viandantes, que só uns com os outros conseguirão prosseguir. Não foi assim há tanto tempo que se chegou a ouvir falar em povos e continentes “dispensáveis” para a marcha do progresso. A presente crise, se para alguma coisa serve, é exactamente para nos demonstrar o contrário e nos impulsionar no sentido mais solidário e universal que possa ser. E não é apenas porque em meados deste século a maioria da população continental já não vá ser de origem europeia, ou porque temos alguma deriva fundamentalista de recentes revoluções da margem sul do Mediterrâneo. É porque, antes e além desses factores possíveis – e tantas vezes manipulados -, há unicamente uma só Terra para a humanidade de nós todos. E nem é porque a pré-história nos indica que afinal todos provimos da África que tal continente passa a ser olhado com melhores olhos. É porque se a casa é comum, comum tem de ser a causa da nossa humanidade felizmente colorida, na pele e nas culturas, sobre uma base geral de solidariedade inalienável. E também neste ponto, começará na família e na escola o melhor futuro da sociedade universal que certamente almejamos.

7. O **princípio da subsidiariedade** ajudar-nos-á a equacionar a relação entre a educação e o Estado. O princípio da subsidiariedade, que propositadamente deixei para o fim, ajudar-nos-á a equacionar da melhor maneira a relação entre a educação e o Estado. Diz-nos ele que, para respeitar e dignificar a pessoa humana, como base inultrapassável de qualquer sociedade justa e também o seu critério, nenhum órgão de topo deve esquecer ou menosprezar os corpos intermédios, em que geralmente a personalidade se conjuga e mais directamente se exercita. Na perspectiva personalista que subjaz a tudo o que vai dito e hoje geralmente perfilhamos, a sociedade não se constitui a partir de cima ou do centro, mas da base ou da periferia, em círculos ascendentes ou centrípetos. O primeiro nível da sociabilidade humana é a família onde se nasce e cresce, somando-se depois a localidade, a regionalidade, o país e a comunidade internacional, além das comunidades de crença e outros elos mais sectoriais. Ora, a relação dos órgãos centrais ou de topo com esses corpos básicos e intermédios só pode ser de respeito activo e apoio (subsídium), nunca de ultrapassagem arbitrária. No que à educação se refere e seguindo a linha normal de crescimento e pedagogia, é natural que a primeira responsabilidade pertença à família, onde a vida aparece e é amparada. Natural é também que os progenitores e os membros mais velhos da comunidade familiar sejam o primeiro e insubstituível elo da transmissão dos valores e da cultura. Seguir-se-ão outros, como é o caso especial da escola, mas em colaboração com a família, não em substituição dela, a não ser em casos excepcionais, que por isso mesmo não podem fazer regra. Normal é também que os pais peçam à escola que tenha presentes os valores que legitimamente pretendem transmitir aos seus filhos; e justíssimo é que a escola tenha em linha de conta as aspirações dos pais e encarregados de educação, que deve viabilizar, complementar e não postergar. Concomitantemente, também uma justa autonomia escolar não uniformizará sem mais o ensino, antes procurará ter em conta as legítimas particularidades

sociais e culturais do meio em que o estabelecimento se implanta ou do sector que procure mais directamente atingir.

8. **O Estado não se realiza fazendo tudo por si** Como sabemos, foi só recentemente – segunda metade do século passado – que se alargou a rede estatal do ensino, procurando proporcionar o respectivo acesso a toda a população do país. Justamente o fez, porque o papel do Estado, como primeiro promotor geral do bem comum é facultar a todos o que a todos é devido. Nem sempre assim sucedeu, quando, por motivos voluntaristas ou ideológicos, o mesmo Estado esqueceu aquelas iniciativas escolares não estatais já implantadas, por vezes com muita abnegação e verdadeiro serviço público da parte dos seus agentes. Por serviço público deve entender-se todo o que realmente assim se comporta, projectando a sua acção no bem comum geral da sociedade, sendo por isso justamente reconhecido como tal. Certamente é o caso da escola estatal, directamente dependente das instâncias oficiais que a promovem e dirigem. Mas esse serviço também é exercido por outras iniciativas educativas, que não partiram dos organismos oficiais nem dele directamente dependem, sendo igualmente beneméritas da sociedade em geral. À boa luz do princípio da subsidiariedade, o Estado não se realiza fazendo tudo imediata e geralmente por si. Realiza-se, em função do bem comum, quando estimula e possibilita ao máximo a espontaneidade, a criatividade e a **corresponsabilidade** de pessoas e grupos, para benefício do conjunto e dentro de objectivos gerais democraticamente definidos. Quase se poderia dizer que, neste ponto educativo, a haver suplência, seria a do próprio Estado, enquanto administração pública. E, em boa pedagogia, melhor é “fazer fazer” do que fazer tudo sozinho, também do Estado em relação á sociedade; sem a substituir nem minorizar, antes estimulando-a e facultando-lhe proporcionalmente recursos, que, sendo de todos para todos, hão de ser activados tanto solidária como subsidiariamente. Dito doutro modo e em conclusão, a relação entre educação e Estado define-se a partir da educação

– tarefa primordial das famílias e respetivas escolhas, com as iniciativas que livremente suportem, o mesmo se dizendo do que se passar depois com jovens e adultos – e não a partir do Estado. Como responsável geral do bem comum, o Estado entrará “antes” como subsidiariedade e estímulo, para que tais iniciativas possam ir avante, e entrará ao mesmo tempo, para que a solidariedade não deixe ninguém de fora do sistema educativo, no sentido lato e plural do termo.

Instituto do Ensino Superior da Maia/ISMAI, 28 de Outubro de 2011

D. Manuel Clemente, bispo do Porto

EDUCAÇÃO – CRIANÇAS HOJE CRIANÇAS: MAIS SADIAS, MAIS RICAS E COM MAIS PROBLEMAS*

Pe. John FLYNN, L.C.

Relatório australiano destaca crescentes desafios para a infância

Um estudo publicado neste mês sobre o bem-estar das crianças australianas aponta que, embora a geração actual cresça mais sadia e mais rica, existem problemas graves que as afectam.

O relatório *Reparar o desvio social nas crianças e jovens* australianos é do Australian Christian Lobby. O autor, Patrick Parkinson, é professor de direito na Universidade de Sydney e escreveu livros sobre direito de família e maus tratos contra menores.

O texto informa que a Austrália ocupa um lugar destacado no mundo em termos de desenvolvimento social, nível educativo e bem-estar económico. Mesmo assim, esses níveis gerais escondem problemas cada vez mais graves para muitas crianças.

Houve “um aumento dramático” de casos de maus tratos e abandono infantil, além de um incremento significativo do número de crianças sob protecção do Estado nos últimos 15 anos. O crescimento

* De ZENIT, 2 de Outubro, 2011 (ZENIT.org).

demográfico e o aumento da informação disponível sobre maus tratos não são suficientes para explicar o incremento nos casos.

Os altos índices de maus tratos e abandono infantil atingem todas as classes sócio-económicas, mas são especialmente evidentes na população indígena.

Os transtornos de saúde mental nas crianças também cresceram de modo notável, com grande aumento do número de crianças com medicação antidepressiva. “A velocidade da deterioração da saúde mental das crianças e dos jovens é muito preocupante.”

Lesões contra si próprios, abuso do álcool, delinquência juvenil, comportamento sexual de risco e gravidez de adolescentes são outras áreas em que as crianças de hoje estão em situação pior do que as dos anos noventa.

Saúde mental

O informe observa que os problemas não se limitam à Austrália e cita um estudo publicado nos Estados Unidos em 2010. O relatório americano retrata os estudantes universitários entre 1938 e 2007. Os pesquisadores descobriram que cada geração tem uma saúde mental pior que a anterior. Em 2007, os estudantes multiplicaram por cinco as possibilidades de sofrer problemas mentais, em comparação com os de 1938. Segundo o estudo, o reconhecimento mais preciso dos problemas de saúde mental nos últimos tempos não é uma explicação suficiente para o dramático aumento de casos.

Como explicar esta deterioração do bem-estar infanto-juvenil? O informe reconhece que é problemático achar as causas destas situações e que a correlação não é causal. Outros estudos sobre esta tendência apontam mudanças nas estruturas familiares, desemprego juvenil e um materialismo e individualismo maiores.

Parkinson, porém, destaca um dos fatores, os conflitos e as rupturas familiares, como uma causa especialmente importante. É suficientemente documentado que o fato de se viver numa família

diferente daquela dos dois pais biológicos antes dos 16 anos tem ligação com uma ampla série de resultados negativos para o bem-estar das crianças.

Alguns analistas consideram que isto ocorre porque os adultos com casamentos estáveis tendem a ser mais equilibrados e ter uma situação econômica melhor; portanto, não seria uma questão de estruturas familiares, mas de características pessoais dos pais.

Se até certo ponto isto é verdadeiro, o informe cita, por outro lado, pesquisas que afirmam que a ruptura familiar é uma causa importante de problemas para as crianças, mais do que a qualidade dos adultos.

Impacto negativo

Na Escócia, um estudo concluiu que os jovens em 2006 declaravam ter relações familiares piores que os de 1987. Esse estudo visava encontrar a causa de um aumento notável de transtornos psicológicos em jovens de quinze anos.

Outro estudo, nos Estados Unidos, acompanhou as experiências de 2.000 pessoas casadas durante mais de 15 anos. Confirmou que, em casamentos com altos índices de conflito, a infelicidade conjugal tinha um impacto negativo no bem-estar das crianças. O divórcio também tinha efeito prejudicial.

Outros estudos mostram que o divórcio é um notável fator de risco para o estado emocional das crianças e para o seu rendimento acadêmico. Um estudo norte-americano também aponta uma conexão entre o divórcio dos pais e a duração da vida dos filhos. Pessoas criadas em famílias divorciadas morriam quase cinco anos antes que aquelas cujos pais permaneceram unidos.

Parkinson observa ainda que os conflitos e tensões dos pais não terminam necessariamente com a separação. Às vezes aumentam com a divisão dos bens, os acordos de custódia e o modo de relacionamento com os filhos.

Ao tratar das famílias monoparentais, Parkinson faz referência a um estudo australiano que encontrou maior grau de conflito nas famílias com padrasto ou madrasta do que nas famílias intactas.

Outro estudo australiano analisa as consequências do divórcio na vida adulta dos filhos de pais separados. Entre todos os resultados negativos, as crianças que sofreram o divórcio dos pais obtiveram as piores pontuações, desde a actividade sexual precoce até ao facto de terem filhos antes dos 20 anos, passando pelo impacto negativo no rendimento escolar.

Uma das consequências do divórcio é a diminuição do contacto dos filhos com o pai. Um estudo de 2001 indica que 36% dos pais não tinham visto os filhos menores nos últimos 12 meses.

A depressão e os maus resultados escolares, por outro lado, se associam aos adolescentes que têm contacto frequente com o pai divorciado, independentemente do quanto as mães estejam próximas.

EDUCAÇÃO, ENSINO E PROGRAMAS

Helena MATOS*

AS SETAS, OS ASTERISCOS E A MALDIÇÃO DOS QUADROS EXPLICATIVOS

Alinhei-os todos numa mesa. Vão desde a antiga 4.^a classe ao actual 12.^o ano. São várias dezenas de manuais escolares das disciplinas de Português e História, ou melhor dizendo, dos vários nomes que essas duas disciplinas têm tido ao longo dos últimos 40 anos. O resultado é assustador.

1. Crianças grandes. Ao arrumá-los por data de publicação o que imediatamente sobressai é a infantilização patente nos actuais manuais. Por exemplo, um manual de Português de 1972, usado no equivalente ao actual 7.^o unificado, só tem paralelo no trato adulto daqueles a quem se dirige nos manuais actualmente destinados ao 10.^o ano (e mesmo assim o 10.^o ano está aqui com muita benevolência). Hoje dificilmente encontramos nos manuais de Português uma página em que só haja texto. Que não tenha uma caixinha com linhas de leitura, um quadrinho explicativo, um asterisco a indicar os significados das palavras tidas como difíceis, uma fotografia daquelas

* Ensaísta. In “*Público*”, 2011-06-23.

de banco de imagem que dão bem com tudo, umas ilustrações quase invariavelmente a remeterem para os livrinhos do jardim-de-infância, o crucigrama (vulgo palavras cruzadas) e o inevitável quadro das correspondências.

Na fantasia barroca constituída pelas páginas destes manuais detecta-se uma espécie de horror ao vazio, ou seja, à possibilidade de alunos e professores ficarem sós perante um texto. É como se alunos e professores tivessem como objectivo não aprender e ensinar mas sim a execução de umas actividades comuns. De preferência envolvidas numa parafrenália lúdico-desconstrutiva que os tornará “giros”.

Como já escrevi várias vezes, tenho inúmeras reservas quanto ao desperdício de dinheiro e papel representado pelo facto de em Portugal não se reutilizarem os manuais escolares. Contudo, no que ao conteúdo dos manuais respeita, creio que os editores se limitam a seguir o ar do tempo. E o ar do tempo das últimas décadas levou a que se tratassem os jovens como adultos no que respeita à sua sexualidade, lazer, poder de compra, e como crianças no que toca aos seus deveres e à sua condição de alunos. É tempo de nos interrogarmos como pode ser possível que os alunos dos anos 70 resolvessem no equivalente ao actual 9.º ano testes que agora fazem vacilar os seus colegas do 12.º ano.

Os alunos de hoje não são menos inteligentes que os do passado, as escolas estão actualmente muito melhor apetrechadas, por pouco alfabetizados que sejam os pais de muitos alunos certamente que têm muito mais habilitações que os pais das gerações anteriores. Mas creio que se há 40 anos nos tivessem tratados como criancinhas o resultado não teria sido nada diferente do actual. Provavelmente, teria sido até bem pior.

2. O horror à literatura e aos livros. Se alguma coisa emana dos manuais de Língua Portuguesa ou Português do 9.º, 10.º, 11.º e 12.º anos é um profundo fastio aos livros em si mesmos. Obras

como *O Auto da Barca do Inferno*, *Os Lusíadas*, *A Aia*, *Folhas Caídas*, *O Primo Basílio* ou *Os Maias* são devidamente esquarterados em capítulos, excertos e parágrafos seleccionados. O critério para esta segmentação está longe de ser claro - num dos manuais mais populares em vigor no 9.º ano não consta o episódio do Velho do Restelo - e basicamente as obras são desconjuntadas de molde a ilustrarem as teses que constam nas fichas de leitura e quadros interpretativos. Creio que muitos alunos terminam o 12.º ano sem terem consciência de que aqueles pedaços de texto constituem livros e que esses livros têm muitas outras páginas que mereciam ser lidas. Por fim, esta apresentação “mastigada” de alguns dos nossos melhores autores contribui para aquela nefanda ideia de que existem livros fáceis e livros difíceis.

Seria um extraordinário contributo para o gosto pela literatura que em vez desses grossos volumes de literatura às postas que são os manuais do 10.º ao 12.º anos, os alunos passassem a usar as edições anotadas destas obras, cujo valor monetário todo somado é mais ou menos o do manual.

3. Sem rei nem roque. A tabuada e os reis foram durante anos os símbolos da pérfida memorização. As crianças memorizam canções, dezenas de nomes de actores, jogadores, cantores, jogos, etc., mas memorizar o nome dos sucessores de D. Afonso Henriques e a tabuada dos nove eram exercícios vistos como desumanos, além de inúteis.

O paradigma da total inutilidade ia para os exames cuja extinção era tida como certa. Se procurarem nas edições do *Diário de Lisboa* e do *Diário Popular* dos anos 80 encontrarão vozes tidas como profundamente informadas na matéria desenhando um futuro onde os exames não constariam. Como se percebe, a profecia sobre os exames transformou-se numa maldição e agora vivemos assombrados pelo peso dos exames escolares.

A tabuada também já foi recuperada. Já os reis, entendendo por reis a sequência cronológica da História de Portugal, continuam arredados. Porque o ensino cronológico da História, sobretudo tendo essa cronologia como marco a figura de cada rei, foi vista como uma opção reaccionária perante a modernidade representada pela apresentação da História como os movimentos da burguesia e do povo contra a aristocracia, depois do povo contra a burguesia... enfim, tudo sempre no colectivo. Com o passar dos anos foram-se incluindo uns rostos no meio dessas movimentações sociais mas não se percebe qual a continuidade entre os factos. No 8.º ano de escolaridade pula-se do desenvolvimento do iluminismo para as invasões francesas e posteriores revoltas liberais. Como praticamente não se refere o reinado de Dona Maria I, e a transferência da corte portuguesa para o Brasil é resolvida em duas linhas, o mínimo que se pode concluir é que os alunos das escolas portuguesas sabem tão pouco que nem percebem que nesta narrativa falta qualquer coisa.

É certo que os alunos quando chegam ao 8.º ano já ultrapassaram aquela que deve ser a mais espantosa súpula da História de Portugal. A saber, o programa do 5.º ano, que começa com os povos recolectores na Península Ibérica e vai até ao absolutismo do século XVIII. Pelo meio, devidamente arrumados em unidades, ficaram, e passo a citar o índice de um manual em vigor: os povos agro-pastoris, os povos visitantes, os romanos, os muçulmanos, o reino de Portugal, os grupos sociais e actividades económicas no século XIII, as terras senhoriais no século XIII, os mosteiros no século XIII, os concelhos no século XIII, a crise de 1383-1385, as descobertas do século XV, o império português nos séculos XV e XVI, o encontro dos mundos, Lisboa quinhentista, o tempo dos Filipes e a Restauração, o açúcar e o ouro do Brasil.

A não ser que os infantes de dez e onze anos que frequentam o 5.º ano tivessem uma preparação de excelência a História no ensino

primário - e não têm e provavelmente nem deverão ter - só podem sair completamente desorientados destas aulas, destes programas e destes manuais.

4. Será que é desta? Penso que com uma crise desta dimensão fica óbvio que não se pode continuar a impor às famílias que gastem em média cem euros por cada filho em idade escolar em manuais. E também não se deve considerar que o Estado pagará por aquelas que têm menos recursos. A partir do 5.º ano, os manuais escolares podem e devem ser utilizados mais do que num ano lectivo. Deitá-los fora como hoje acontece é um desperdício intolerável que agora se tornou também insustentável. *Ensaísta*

EDUCAÇÃO – GERAÇÃO À RASCA?

Mia **COUTO**

UM DIA, ISTO TINHA DE ACONTECER

Existe uma geração à rasca?

Existe mais do que uma! Certamente!

Está à rasca a geração dos pais que educaram os seus meninos numa abastança caprichosa, protegendo-os de dificuldades e escondendo-lhes as agruras da vida.

Está à rasca a geração dos filhos que nunca foram ensinados a lidar com frustrações.

A ironia de tudo isto é que os jovens que agora se dizem (e também estão) à rasca são os que mais tiveram tudo.

Nunca nenhuma geração foi, como esta, tão privilegiada na sua infância e na sua adolescência. E nunca a sociedade exigiu tão pouco aos seus jovens como lhes tem sido exigido nos últimos anos.

Deslumbradas com a melhoria significativa das condições de vida, a minha geração e as seguintes (actualmente entre os 30 e os 50 anos) vingaram-se das dificuldades em que foram criadas, no antes ou no pós 1974, e quiseram dar aos seus filhos o melhor.

Ansiosos por sublimar as suas próprias frustrações, os pais investiram nos seus descendentes: proporcionaram-lhes os estudos que fazem deles a geração mais qualificada de sempre (já lá vamos...), mas também lhes deram uma vida desafogada, mimos e mordomias, entradas nos locais de diversão, cartas de condução e 1.º automóvel,

depósitos de combustível cheios, dinheiro no bolso para que nada lhes faltasse. Mesmo quando as expectativas de primeiro emprego saíram goradas, a família continuou presente, a garantir aos filhos cama, mesa e roupa lavada.

Durante anos, acreditaram estes pais e estas mães estar a fazer o melhor; o dinheiro ia chegando para comprar (quase) tudo, quantas vezes em substituição de princípios e de uma educação para a qual não havia tempo, já que ele era todo para o trabalho, garante do ordenado com que se compra (quase) tudo. E éramos (quase) todos felizes.

Depois, veio a crise, o aumento do custo de vida, o desemprego, ... A vaquinha emagreceu, feneceu, secou.

Foi então que os pais ficaram à rasca.

Os pais à rasca não vão a um concerto, mas os seus rebentos enchem Pavilhões Atlânticos e festivais de música e bares e discotecas onde não se entra à borla nem se consome fiado.

Os pais à rasca deixaram de ir ao restaurante, para poderem continuar a pagar restaurante aos filhos, num país onde uma festa de aniversário de adolescente que se preza é no restaurante e vedada a pais.

São pais que contam os cêntimos para pagar à rasca as contas da água e da luz e do resto, e que abdicam dos seus pequenos prazeres para que os filhos não prescindam da internet de banda larga a alta velocidade, nem dos qualquercoisaphones ou pads, sempre de última geração.

São estes pais mesmo à rasca, que já não aguentam, que começam a ter de dizer “não”. É um “não” que nunca ensinaram os filhos a ouvir, e que por isso eles não suportam, nem compreendem, porque eles têm direitos, porque eles têm necessidades, porque eles têm expectativas, porque lhes disseram que eles são muito bons e eles querem, e querem, querem o que já ninguém lhes pode dar!

A sociedade colhe assim hoje os frutos do que semeou durante pelo menos duas décadas.

Eis agora uma geração de pais impotentes e frustrados.

Eis agora uma geração jovem altamente qualificada, que andou muito por escolas e universidades mas que estudou pouco e que aprendeu e sabe na proporção do que estudou. Uma geração que colecciona diplomas com que o país lhes alimenta o ego insuflado, mas que são uma ilusão, pois correspondem a pouco conhecimento teórico e a duvidosa capacidade operacional.

Eis uma geração que vai a toda a parte, mas que não sabe estar em sítio nenhum. Uma geração que tem acesso a informação sem que isso signifique que é informada; uma geração dotada de trôpegas competências de leitura e interpretação da realidade em que se insere.

Eis uma geração habituada a comunicar por abreviaturas e frustrada por não poder abreviar do mesmo modo o caminho para o sucesso. Uma geração que deseja saltar as etapas da ascensão social à mesma velocidade que queimou etapas de crescimento. Uma geração que distingue mal a diferença entre emprego e trabalho, ambicionando mais aquele do que este, num tempo em que nem um nem outro abundam.

Eis uma geração que, de repente, se apercebeu que não manda no mundo como mandou nos pais e que agora quer ditar regras à sociedade como as foi ditando à escola, alarvemente e sem maneiras.

Eis uma geração tão habituada ao muito e ao supérfluo que o pouco não lhe chega e o acessório se lhe tornou indispensável.

Eis uma geração consumista, insaciável e completamente desorientada.

Eis uma geração preparadinha para ser arrastada, para servir de montada a quem é exímio na arte de cavalgar demagoricamente sobre o desespero alheio.

Há talento e cultura e capacidade e competência e solidariedade e inteligência nesta geração?

Claro que há. Conheço uns bons e valentes punhados de exemplos!

Os jovens que detêm estas capacidades-características não encaixam no retrato colectivo, pouco se identificam com os seus contemporâneos, e nem são esses que se queixam assim (embora estejam à rasca, como todos nós).

Chego a ter a impressão de que, se alguns jovens mais inflamados pudessem, atirariam ao tapete os seus contemporâneos que trabalham bem, os que são empreendedores, os que conseguem bons resultados académicos, porque, que inveja!, que chatices!, são betinhos, cromos que só estorvam os outros (como se viu no último Prós e Contras) e, oh, injustiça!, já estão a ser capazes de abarbaratar bons ordenados e a subir na vida.

E nós, os mais velhos, estaremos em vias de ser caçados à entrada dos nossos locais de trabalho, para deixarmos livres os invejados lugares a que alguns acham ter direito e que pelos vistos - e a acreditar no que ultimamente ouvimos de algumas almas - ocupamos injusta, imerecida e indevidamente?!!!

Novos e velhos, todos estamos à rasca.

Apesar do tom desta minha prosa, o que eu tenho mesmo é pena destes jovens.

Tudo o que atrás escrevi serve apenas para demonstrar a minha firme convicção de que a culpa não é deles.

A culpa de tudo isto é nossa, que não soubemos formar nem educar, nem fazer melhor, mas é uma culpa que morre solteira, porque é de todos, e a sociedade não consegue, não quer, não pode assumi-la.

Curiosamente, não é desta culpa maior que os jovens agora nos acusam.

Haverá mais triste prova do nosso falhanço?

EDUCAÇÃO – AS “REFORMAS” QUE A VÃO DESTRUINDO

Sara FIDALGO

Carta de Sara Fidalgo, filha de Estefânea e Joaquim Fidalgo, jornalista. A mãe, professora de inglês, suicidou-se...

Carta a professores, alunos, pais, governantes, cidadãos e quaisquer outros que possam sentir-se tocados e identificados. Esta carta faz pensar se os mais velhos ainda têm lugar nesta selva.

As reformas na educação estão na boca do mundo há mais anos do que os que conseguimos recordar, chegando ao ponto de nem sabermos como começaram nem de onde vieram. Confessando, sou apenas uma das que passou das aulas de uma hora para as aulas de noventa minutos e achei aquilo um disparate total. Tirava-nos intervalos, tirava-nos momentos de caçadinhas e de saltar à corda e obrigava-nos a estar mais tempo sentados a ouvir sobre reis, rios, palavras estrangeiras e números primos.

Eu era pequenina. E nunca me passou pela cabeça pensar no lado dos professores. Até ao dia 1 de Março.

Foi o culminar de tudo. Durante semanas e semanas ouvi a minha mãe, uma das melhores professoras de Inglês que conheci, o meu pilar, a minha luz, a minha companhia, a encher a boca séria

com a palavra depressão. A seguir vinham os temores, as preocupações, as queixas de pais e alunos que não colaboravam.

Acreditem ou não, há pais que não sabem o que estão a criar. Como dizia um amigo meu: “Antigamente, fazíamos asneiras na escola e quando chegávamos a casa levávamos uma chapada do pai ou da mãe. Hoje, os miúdos fazem asneiras e os pais vão à escola para dar a dita chapada nos professores”. Sim, nos professores. Aqueles que tomam conta de tantos filhos cujos pais não têm tempo nem paciência para os educar. Sim, os professores que fazem de nós adultos competentes, formados, civilizados. Ou faziam, porque agora não conseguem.

A minha mãe levou a maior chapada de todas e não resistiu. Desculpem o dramatismo mas a escola, o sistema educativo, a educação especial, a educação sexual, as provas de aferição e toda aquela enormidade de coisas que não consigo sequer enumerar, levaram deste mundo uma das melhores pessoas que por cá andou. E revolta-me não conseguir fazer-lhe Justiça.

Professores e responsáveis pela educação, espero que leiam isto e acordem, revoltem-se, manifestem-se (ainda mais) mas, sobretudo e acima de qualquer outra coisa, conversem e ajudem-se uns aos outros. Levem a história da minha mãe para as bocas do mundo, para as conversas na sala dos professores e nos intervalos, a história de uma mulher maravilhosa que se suicidou não por causa de uma vida instável, não por causa de uma família desestruturada, não por dificuldades económicas, não por desgostos amorosos mas por causa de um trabalho que amava, ao qual se dedicou de alma e coração durante 36 anos.

De todos os problemas que a minha mãe teve no trabalho desde que me conheço (todos os temos, todos os conhecemos), nunca ouvi a palavra “incapaz” sair da boca dela.

Nunca a vi tão indefesa, nunca a conheci como desistente, nunca pensei ouvir “ando a enganar-me a mim mesma e não sei ser professora”. Mas era verdade. Ela soube. Ela foi. Ela ensinou centenas de crianças, ela riu, ela fez o pino no meio da sala de aulas, ela escreveu em quadros a giz e depois em quadros electrónicos. Ela aprendeu as novas tecnologias. O que ela não aprendeu foi a suportar a carga imensa e descabida que lhe puseram sobre os ombros sem sentido rigorosamente nenhum. Eu, pelo menos, não o consigo ver.

E, assim, me manifesto contra toda esta gatinha que desvaloriza os professores mais velhos, que os destrói e os obriga a adaptarem-se a uma realidade que nunca conheceram.

E tudo isto de um momento para o outro, sem qualquer tipo de preparação ou ajuda.

Esta, sim, é a minha maneira de me revoltar contra aquilo que a minha mãe não teve forças para combater.

Quem me dera ter conseguido aliviá-la, tirar-lhe aquela carga estupidamente pesada e que ninguém, a não ser quem a vive, compreende. Eu vivi através dela e nunca cheguei a compreender.

Sara Fidalgo

P.S. - Não posso deixar de agradecer a todos os que nos ajudaram neste momento de dor.

Esta carta dramática é autêntica. Circula na Internet mas devia ser de leitura obrigatória para todos os políticos, que continuam a desconhecer o que significa EDUCAR; os que estão, os que estiveram, ou os que aspiram a estar. Deveria ser lida e explicada, pois bem sabemos que, infelizmente, muitos têm vindo a perder a capacidade de compreender o que é essencial em Educação, que pouco ou nada tem a ver com instrução. O culto disparatado pelas

incríveis estatísticas, tem obrigado alunos e professores a métodos pedagógicos de puro engano, que lançam para as universidades analfabetos diplomados, desinteressados, incapazes. É caso para pensar que talvez seja esse o objectivo; é que os ignorantes, incapacitados por metodologias sem nexos, são o terreno ideal para as manipulações político-sociais.

É preciso, é urgente, ler e compreender esta carta-acusação bem dolorosa, na letra e no conteúdo. EDUCAR é um trabalho demasiado sério, responsável, para que continue a ser tomado como um divertimento criminoso por tantos políticos incapazes que actuam impunemente como senhores absolutos da Verdade.

Comentário de J. Boléo-Tomé

EDUCAÇÃO, LIBERDADE E HOMOSSEXUALIDADE

José António SARAIVA*

Uma polícia do pensamento?

Abri o meu e-mail e não queria acreditar: estava positivamente inundado de correspondência enviada por pessoas que eu não conhecia, insultando-me pela crónica Dois Maridos, publicada neste espaço há 15 dias.

A correspondência dividia-se em três categorias.

Os e-mails mais benévolos continham lições de moral, considerando o dito artigo homofóbico e contrário à igualdade entre os seres humanos. E uma leitora até dizia que o texto era «racista» e que incitava à «violência sobre as mulheres». Extraordinário!

Havia, depois, os e-mails simplesmente insultuosos, quase sempre com amplo recurso a palavrões, chegando a desejar-me a infelicidade e a morte – a mim e aos meus familiares!

Um terceiro grupo era composto por e-mails sem qualquer texto escrito – e que, no espaço destinado ao Assunto, tinham uma referência depreciativa: «Vergonhoso», «Atrasado mental», etc.

Havia finalmente um, endereçado por um jornalista estrangeiro, que me ameaçava com a Justiça internacional e uma eventual pena de prisão!

* *Sol-on-line* 5 de Setembro, 2011.

‘Só me faltava esta’, pensei eu, que já fui julgado umas 100 vezes por alegado abuso de liberdade de imprensa e passo a vida nos tribunais e nas secções de Justiça a prestar declarações.

Percebi, entretanto, que uma comunidade gay tinha feito circular o texto entre os seus membros, com o pedido expresso de enviarem ao autor um e-mail ofensivo. E no Facebook circulava um abaixo-assinado incitando a um boicote activo ao SOL e ao seu director, que tinha cerca de 1.000 adesões.

Ora qual fora o meu crime, para suscitar tamanho repúdio e ataques tão violentos e grosseiros?

Basicamente, manifestar-me contra o casamento *gay*.

Numa crónica que eu pretendi que fosse ligeira e descontraída, ilustrada por uma imagem do filme *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, comentava-se a suposta cena de violência conjugal entre o ex-deputado do PSD Jorge Nuno de Sá e Carlos Marcano, referiam-se as dificuldades semânticas que um casamento *gay* levanta (por exemplo, numa relação entre dois homens devemos chamar ‘maridos’ a ambos?) e reafirmava-se a ideia de que a palavra ‘casamento’ deveria ser reservada à união entre um homem e uma mulher, ou seja, ao acto fundador de uma família.

Não era um texto pesado nem doutrinário, e muito menos radical. O desacordo relativamente ao casamento *gay* não é uma posição original e, até mais ver, é legítima. Ou não será? Já não existe o direito de discordar da lei que admitiu a extensão da palavra ‘casamento’ à união entre dois homens ou duas mulheres?

Enchi-me de paciência e decidi responder pessoalmente a cada um dos e-mails. Entendi que era meu dever enviar uma palavra directa a todos que me tinham escrito, mesmo os mais grosseiros. Levei uma noite inteira a fazê-lo, e as minhas respostas agrupavam-se em três categorias.

Aos que não escreveram texto nenhum, e apenas preencheram o espaço do Assunto, agradei o facto de se darem ao trabalho de me escrever mesmo sem terem nada para dizer.

Aos que me insultavam com palavrões ou me desejavam a morte expliquei que os insultos dizem muito sobre quem os profere – mas não dizem absolutamente nada sobre o destinatário. Ora os autores dessas mensagens tinham deixado uma péssima imagem de si próprios.

Aos que me davam lições de moral – acrescentando invariavelmente que aquele texto não devia ter sido publicado – procurei explicar-lhes o que significa a palavra ‘tolerância’. Informei-os que publico semanalmente no SOL diversos textos com opiniões contrárias às minhas, já tendo publicado artigos a defender o casamento *gay*. E interpelei-os directamente: «Se o leitor estivesse agora no meu lugar, publicaria o meu texto?». Esta pergunta é sempre, nestas polémicas, a pedra de toque. É ela que separa os tolerantes dos intolerantes, os democratas dos fundamentalistas.

Finalmente, expliquei ao jornalista estrangeiro que em Portugal houve censura durante 50 anos, que agora vivemos em democracia – e que o SOL é um jornal plural, que respeita a liberdade de opinião e a diversidade de pontos de vista.

Não percebo por que razão a homossexualidade tende a tornar-se um tema tabu, que não pode ser discutido e sobre o qual não é permitido opinar.

Não percebo – e não aceito. Nunca me verguei às conveniências e ao politicamente correcto – e não seria agora que o começaria a fazer. Sou totalmente contra o casamento *gay*, já expliquei detalhadamente porquê e reivindico o direito de ter opinião sobre este assunto e de a expressar. Será que alguns querem instituir uma nova Polícia do Pensamento? Querem reacender-se as fogueiras da Inquisição?

Hoje, em Portugal, escreve-se sobre tudo: sobre a liberalização de todas as drogas, sobre a eutanásia, sobre as vantagens das centrais nucleares, sobre a legitimidade do aborto, até sobre a reposição da pena de morte – e não se pode contestar o casamento *gay*? Porquê? Com base em quê?

Há muitos anos o meu pai, já em ruptura com o PCP, escreveu no Diário de Lisboa um longo artigo sobre África que incomodou os comunistas. Respondeu-lhe um jornalista chamado António Rego Chaves, militante ou simpatizante comunista, que acabava assim o seu texto: «Senhor doutor, deixe-nos em paz!».

Numa admirável resposta, o meu pai dizia-lhe o seguinte: «Faço-lhe a justiça de pensar que, ao tomar a iniciativa de comentar o meu artigo, a sua paz irreversivelmente acabou». Tinha razão. Uns tempos depois este jornalista afastar-se-ia do PCP.

A todos os que me atacaram, mesmo aos mais agressivos, aos mais grosseiros, aos mais insultuosos, eu digo o mesmo: «Faço-lhes a justiça de pensar que a minha resposta os leve a reflectir um pouco sobre a sua atitude. Ao verem que alguém lhes pode responder civilizadamente a um insulto, isso constitua para eles uma lição». Acredito nisso – e foi por isso que a todos respondi um a um.

Uma reflexão, para finalizar.

Na nossa Civilização, a palavra ‘casamento’ tinha um significado preciso. Por que se insistiu em estendê-la a outro tipo de relações? Eu digo: por razões ideológicas. Exactamente para significar que as uniões homossexuais são exactamente iguais às uniões heterossexuais. Só que eu acho que não são. Que são diferentes – e portanto não deveriam usar a mesma palavra.

Ora, se os *gays* tiveram o direito de defender o seu ponto de vista, eu não terei o direito de discordar? Ou a lei que legalizou os casamentos *gay* ilegalizou simultaneamente as opiniões contrárias?

EDUCAÇÃO, E A DISTORÇÃO DA LIBERDADE

A RAZÃO DO BOM COMBATE

Pe. Gonçalo Portocarrero de **ALMADA**

No dia 29 de Agosto passado publiquei um artigo que questionava o actual regime legal de alteração de sexo. A 4 de Setembro seguinte, o mesmo jornal publicou uma contundente resposta àquela pacífica crónica. Por essa altura, o director de um semanário, que escrevera um inofensivo texto de opinião sobre os «casamentos» entre pessoas do mesmo sexo, sofreu, por esse motivo, uma impiedosa campanha de ataques pessoais. Estes casos obrigam a questionar está em causa a liberdade de pensamento e de expressão em Portugal?

A «igualdade de género» e os casamentos ditos homossexuais são teses aguerridamente defendidas por poderosas organizações nacionais, com a cobertura de instituições internacionais. Estes lóbis têm uma grande influência política e, em geral, gozam de um complacente acolhimento por parte dos meios de comunicação social.

Os defensores destas teses, tidas por avançadas e mesmo progressistas, advogam, na prática, uma unicidade cultural. É razoável que se lhes reconheça a liberdade de divulgação das suas opiniões, mas não a sua pretensão de silenciar as vozes discordantes. Este seu propósito não consta formalmente, é certo, mas resulta da sua

estratégia de depreciação pessoal e de intimidação sobre quem se atreva a questionar o seu ideário político e social.

Um dos princípios da democracia é, precisamente, a liberdade de pensamento e de expressão. Mas esta liberdade não subsiste senão no respeito por todos os cidadãos, quaisquer que sejam as suas opiniões, desde que as mesmas não tipifiquem um delito de injúrias que, obviamente, de verificar-se, deve ser punido.

Mas o incondicional respeito pelas pessoas, pela sua dignidade e pelos seus direitos fundamentais, não tem por que traduzir-se pela adesão às suas opções. É recorrente pressupor, por exemplo, que os que defendem o matrimónio natural são contra as pessoas com tendências homossexuais, convertendo-se assim, abusivamente, uma legítima divergência conceptual numa inadmissível ofensa pessoal. Deste jeito logra-se, através da falaciosa vitimização das pessoas, a injusta condenação da tese que se pretende contraditar.

Com a mesma lógica, ou falta dela, os regimes totalitários entendem que são anti-patriotas todos os dissidentes quando, na realidade, estes apenas defendem um outro modo de servir a pátria, que seguramente não amam menos nem servem pior do que os seus opositores.

Todas as pessoas, sejam quais forem e como forem, merecem respeito, mas as suas circunstâncias – sejam elas opções de vida, ideias, teorias, gostos, doenças ou taras – nem sempre são igualmente respeitáveis. É legítima a luta contra o cancro, mas não o seria uma luta contra os doentes de cancro, por exemplo.

Mas a questão fundamental não é, contudo, a da identidade de género ou a da natureza do matrimónio. O que realmente está em causa é mais do que isso: é o modelo de sociedade que se pretende para o nosso país, para a Europa e para o mundo.

Contra a intolerância e o totalitarismo dos que pretendem impor critérios contrários à ordem natural, há que recordar as exigências da natureza humana, fundamento dos direitos fundamentais. Contra a ideologia contrária aos princípios da doutrina social da Igreja, há

que defender o direito de opinião e de intervenção cívica dos fiéis, que não são menos cidadãos do que os não-cristãos. Não se trata de impor à sociedade os dogmas da fé católica, mas fazer respeitar o direito de cidadania da mundividência cristã, sem excluir as outras religiões e filosofias sociais.

Defender a liberdade de pensamento e de expressão é, entre outras, missão da Igreja a que me orgulho de pertencer e que modestamente sirvo. Esta é, como cristão e como cidadão, a razão da minha luta. Não tenho a veleidade de vencer, nem de convencer, mas não me demito do meu dever de travar o bom combate da fé.

P. Gonçalo Portocarrero de Almada

EDUCAÇÃO E ATAQUE À IGREJA

A PERDA DO PERDÃO*

João CÉSAR DAS NEVES

Nos últimos 500 anos o Ocidente viveu o maior ataque cultural da história. Seguindo o magno processo contra a cultura cristã, nas suas três fases, entende-se a situação actual. Primeiro atacou-se a Igreja em nome de Deus. Depois descartou-se a divindade mantendo a moral cristã. Hoje desmantela-se a ética.

A **primeira fase** seguiu dois passos. Primeiro, com Lutero, Calvino e outros reformadores, agrediu-se a estrutura eclesial conservando o Cristianismo. A fé em Cristo era preciosa, apesar dos perversos eclesiásticos. Depois, através de Hume, Voltaire e outros teístas, o cientifismo deísta rejeitou a doutrina e ritos, acenando à divindade longínqua e apática de “O Grande Arquitecto” e distorcendo a História para apagar o papel da Igreja.

A **segunda fase** do ataque dirigiu-se ao transcendente. Recusava-se Deus e a eternidade, pretendendo conservar as regras cristãs de comportamento social. O primeiro passo, de Feuerbach,

* “Diário de Notícias, 2011-09-05 (naohaalmocosgratis@ucp.pt).

Comte e outros ateus, quis demonstrar filosoficamente a inexistência formal de Deus na sociedade humanista ideal. O falhanço dos esforços teóricos levou Thomas Huxley, Bertand Russell e outros agnósticos ao ateísmo prático simplesmente desinteressado da questão religiosa.

A **fase actual** é de ataque frontal à moral cristã. Primeiro, com Saint-Simon, Marx e outros revolucionários, visou-se uma moral exclusivamente humana. Mas, como Nietzsche e Sartre tinham explicado, eliminando a referência metafísica, vivemos “Para lá do Bem e do Mal”. Para compreender os traços essenciais da atitude moral dominante é preciso lembrar o elemento novo e original que o Cristianismo trouxe à civilização há 2000 anos. Aí se situa o núcleo da luta moral da nossa era. Quando Cristo nasceu, a sociedade ocidental já possuía uma estrutura ética sofisticada. Homero, Zoroastro, Sócrates, Zenão, Epicuro e tantos outros tinham estabelecido um sistema complexo de virtudes, regras e comportamentos. No campo estrito da ética, a revelação cristã trouxe apenas um contributo: a misericórdia.

Para Aristóteles e seus contemporâneos, o perdão era uma injustiça inaceitável. A visão cristã do mundo tornou-o indispensável: “todos pecaram e estão privados da glória de Deus. Sem o merecerem, todos são justificados pela Sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus” (Rm 3, 23-24).

Aquilo que a moral de hoje perdeu é a misericórdia. Em jornais, novelas, televisão e cinema encontramos valores e atitudes elevados. Mantêm-se virtudes, guardam-se mandamentos, pululam os exemplos honestos, sensatos, equilibrados. Tolera-se tudo. Só se despreza a caridade cristã.

Existem duas formas de destruir a misericórdia: eliminando o pecado e eliminando o perdão. Estas são precisamente as duas atitudes mais comuns nos dias que correm. Numa enorme quantidade

de situações não se vê nada de mal. Naquelas em que se vê, não há desculpa possível. As acções do próximo ou são indiferentes ou intoleráveis. O que nunca são é censuradas e perdoadas. O que nunca se faz é combinar o repúdio do pecado com a compaixão pelo pecador.

O resultado está à vista. A moral oficial, em filmes, romances, séries e telejornais, é uma amálgama de regras, princípios e procedimentos, sem fundamento, coerência ou justificação. Do libertarismo mais acéfalo salta-se ao moralismo totalitário sem lógica ou razão. Aborto e adultério tornavam-se de crimes em direitos, enquanto tabaco e touradas passaram de hábitos a infâmias. Os enredos da moda exaltam os valores pagãos, mágicos, bárbaros, orientais, ocultistas, libertinos, vampiros. Todos, menos cristãos.

Após 500 anos de ataques à Igreja, este é o estado do Ocidente. Qual a situação da fé, com cinco séculos de agressões? Está igual a si mesma. A moral cristã perdura, 100 anos depois de Nietzsche. A fé em Cristo mantém-se, 250 anos depois de Hume. A Igreja Católica permanece, cinco séculos após Lutero. O último meio milénio não foi mais duro para os discípulos de Cristo que os anteriores. Desde o Calvário, a Igreja é atacada. Ressuscitando ao terceiro dia.

EDUCAÇÃO – FELICIDADE, UM DIREITO?

Eliane BRUM*

“MEU FILHO, VOCÊ NÃO MERECE NADA.”

A crença de que a felicidade é um direito tem tornado despreparada a geração mais preparada.

Ao conviver com os bem mais jovens, com aqueles que se tornaram adultos há pouco e com aqueles que estão tateando para virar gente grande, percebo que estamos diante da geração mais preparada – e, ao mesmo tempo, da mais despreparada. Preparada do ponto de vista das habilidades, despreparada porque não sabe lidar com frustrações. Preparada porque é capaz de usar as ferramentas da tecnologia, despreparada porque despreza o esforço. Preparada porque conhece o mundo em viagens protegidas, despreparada porque desconhece a fragilidade da matéria da vida. E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade. E não foi ensinada a criar a partir da dor.

Há uma geração de classe média que estudou em bons colégios, é fluente em outras línguas, viajou para o exterior e teve acesso à cultura e à tecnologia. Uma geração que teve muito mais do que

* Jornalista, escritora e documentarista. Ganhou mais de 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem. É autora de *Coluna Prestes – O Avesso da Lenda* (Artes e Ofícios), *A Vida Que Ninguém Vê* (Arquipélago Editorial, Prêmio Jabuti 2007) e *O Olho da Rua* (Globo) (e-mail: elianebrum@uol.com.br)

seus pais. Ao mesmo tempo, cresceu com a ilusão de que a vida é fácil. Ou que já nascem prontos – bastaria apenas que o mundo reconhecesse a sua genialidade.

Tenho-me deparado com jovens que esperam ter no mercado de trabalho uma continuação de suas casas – onde o chefe seria um pai ou uma mãe complacente, que tudo concede. Foram ensinados a pensar que merecem, seja lá o que for que queiram. E quando isso não acontece – porque obviamente não acontece – sentem-se traídos, revoltam-se com a “injustiça” e boa parte se emburra e desiste.

Como esses estreatantes na vida adulta foram crianças e adolescentes que ganharam tudo, sem ter de lutar por quase nada de relevante, desconhecem que a vida é construção – e para conquistar um espaço no mundo é preciso ralar muito. Com ética e honestidade – e não a cotoveladas ou aos gritos. Como seus pais não conseguiram dizer, é o mundo que lhes anuncia uma nova não lá muito animadora: viver é para os insistentes.

Por que boa parte dessa nova geração é assim? Penso que este é um questionamento importante para quem está educando uma criança ou um adolescente hoje. Nossa época tem sido marcada pela ilusão de que a felicidade é uma espécie de direito. E tenho testemunhado a angústia de muitos pais para garantir que os filhos sejam “felizes”. Pais que fazem malabarismos para dar tudo aos filhos e protegê-los de todos os perrengues – sem esperar nenhuma responsabilização nem reciprocidade.

É como se os filhos nascessem e imediatamente os pais já se tornassem devedores. Para estes, frustrar os filhos é sinónimo de fracasso pessoal. Mas é possível uma vida sem frustrações? Não é importante que os filhos compreendam como parte do processo educativo duas premissas básicas do viver, a frustração e o esforço? Ou a falta e a busca, duas faces de um mesmo movimento? Existe alguém que viva sem se confrontar dia após dia com os limites tanto de sua condição humana como de suas capacidades individuais?

Nossa classe média parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade. O valor está no dom, naquilo que já nasce pronto. Dizer que “fulano é esforçado” é quase uma ofensa. Ter de dar duro para conquistar algo parece já vir assinalado com o carimbo de perdedor. Bacana é o cara que não estudou, passou a noite na balada e foi aprovado no vestibular de Medicina. Este atesta a excelência dos genes de seus pais. Esforçar-se é, no máximo, coisa para os filhos da classe C, que ainda precisam assegurar seu lugar no país.

Da mesma forma que supostamente seria possível construir um lugar sem esforço, existe a crença não menos fantasiosa de que é possível viver sem sofrer. De que as dores inerentes a toda vida são uma anomalia e, como percebo em muitos jovens, uma espécie de traição ao futuro que deveria estar garantido. Pais e filhos têm pagado caro pela crença de que a felicidade é um direito. E a frustração um fracasso. Talvez aí esteja uma pista para compreender a geração do “eu mereço”.

Basta andar por esse mundo para testemunhar o rosto de espanto e de mágoa de jovens ao descobrir que a vida não é como os pais lhes tinham prometido. Expressão que logo muda para o emburramento. E o pior é que sofrem terrivelmente. Porque possuem muitas habilidades e ferramentas, mas não têm o menor preparo para lidar com a dor e as decepções. Nem imaginam que viver é também ter de aceitar limitações – e que ninguém, por mais brilhante que seja, consegue tudo o que quer.

A questão, como poderia formular o filósofo Garrincha, é: “Estes pais e estes filhos combinaram com a vida que seria fácil”? É no passar dos dias que a conta não fecha e o projecto construído sobre fumaça desaparece deixando nenhum chão. Ninguém descobre que viver é complicado quando cresce ou deveria crescer – este momento é apenas quando a condição humana, frágil e falha, começa a se explicitar no confronto com os muros da realidade. Desde sempre sofremos. E mais vamos sofrer se não temos espaço nem mesmo para falar da tristeza e da confusão.

Me parece que é isso que tem acontecido em muitas famílias por aí: se a felicidade é um imperativo, o item principal do pacote completo que os pais supostamente teriam de garantir aos filhos para serem considerados bem sucedidos, como falar de dor, de medo e da sensação de se sentir desencaixado? Não há espaço para nada que seja da vida, que pertença aos espasmos de crescer duvidando de seu lugar no mundo, porque isso seria um reconhecimento da falência do projecto familiar construído sobre a ilusão da felicidade e da completude.

Quando o que não pode ser dito vira sintoma – já que ninguém está disposto a escutar, porque escutar significaria rever escolhas e reconhecer equívocos – o mais fácil é calar. E não por acaso se cala com medicamentos e cada vez mais cedo o desconforto de crianças que não se comportam segundo o manual. Assim, a família pode tocar o cotidiano sem que ninguém precise olhar de verdade para ninguém dentro de casa.

Se os filhos têm o direito de ser felizes simplesmente porque existem – e aos pais caberia garantir esse direito – que tipo de relação pais e filhos podem ter? Como seria possível estabelecer um vínculo genuíno se o sofrimento, o medo e as dúvidas estão previamente fora dele? Se a relação está construída sobre uma ilusão, só é possível fingir.

Aos filhos cabe fingir felicidade – e, como não conseguem, passam a exigir cada vez mais de tudo, especialmente coisas materiais, já que estas são as mais fáceis de alcançar – e aos pais cabe fingir ter a possibilidade de garantir a felicidade, o que sabem intimamente que é uma mentira porque a sentem na própria pele dia após dia. É pelos objectos de consumo que a novela familiar tem se desenrolado, onde os pais fazem de conta que dão o que ninguém pode dar, e os filhos simulam receber o que só eles podem buscar. E por isso logo é preciso criar uma nova demanda para manter o jogo funcionando.

O resultado disso é pais e filhos angustiados, que vão conviver uma vida inteira, mas se desconhecem. E, portanto, estão perdendo

uma grande chance. Todos sofrem muito nesse teatro de desencontros anunciados. E mais sofrem porque precisam fingir que existe uma vida em que se pode tudo. E acreditar que se pode tudo é o atalho mais rápido para alcançar não a frustração que move, mas aquela que paralisa.

Quando converso com esses jovens no parapeito da vida adulta, com suas imensas possibilidades e riscos tão grandiosos, percebo que precisam muito de realidade. Com tudo o que a realidade é. Sim, assumir a narrativa da própria vida é para quem tem coragem. Não é complicado porque você vai ter competidores com habilidades iguais ou superiores a sua, mas porque se tornar aquilo que se é, buscar a própria voz, é escolher um percurso pontilhado de desvios e sem nenhuma certeza de chegada. É viver com dúvidas e ter de responder pelas próprias escolhas. Mas é nesse movimento que a gente vira gente grande.

Seria muito bom que os pais de hoje entendessem que tão importante quanto uma boa escola ou um curso de línguas ou um *Ipad* é dizer de vez em quando: “Não, meu filho. Você sempre poderá contar comigo, mas isso não é comigo”. Assim como sentar para jantar e falar da vida como ela é: “Olha, o meu dia foi difícil” ou “Estou com dúvidas, estou com medo, estou confuso” ou “Não sei o que fazer, mas estou tentando descobrir”. Porque fingir que está tudo bem e que tudo pode, significa dizer ao seu filho que você não confia nele nem o respeita, já que o trata como um imbecil, incapaz de compreender a matéria da existência. É tão ruim quanto ligar a TV em volume alto o suficiente para que nada que ameace o frágil equilíbrio doméstico possa ser dito.

Agora, se os pais mentiram, dizendo que a felicidade é um direito e seu filho merece tudo simplesmente por existir, paciência. De nada vai adiantar choramingar ou emburrar ao descobrir que vai ter de conquistar seu espaço no mundo sem nenhuma garantia. O melhor a fazer é ter a coragem de escolher. Seja a escolha de lutar pelo seu desejo – ou para descobri-lo –, seja a de abrir mão dele. E

não culpar ninguém porque eventualmente não deu certo, porque com certeza vai dar errado muitas vezes. Ou transferir para o outro a responsabilidade pela sua desistência.

Crescer é compreender que o facto de a vida ser falta (*não ter tudo*) não a torna menor. Sim, a vida é insuficiente. Mas é o que temos. E é melhor não perder tempo sentindo-se injustiçado porque um dia ela acaba.

O DINHEIRO E A EDUCAÇÃO DOS FILHOS*

Pe. **Rodrigo LYNCE DE FARIA**

«Por muito que me esforce, não consigo evitar que a minha casa se encha de coisas inúteis. Quando as vi pela primeira vez — tenho de o reconhecer — não duvidei de que eram necessárias. Com o passar do tempo, pelo contrário, vejo que poderia viver perfeitamente sem ter comprado muitas dessas coisas. O problema é que no momento não me lembro disto. Ou melhor, até me lembro, mas convenço-me de que necessito mesmo daquilo — e compro.

«Gostaria, sinceramente, de aprender a comprar com mais sensatez. Ainda mais agora que estamos a viver uma séria crise económica. Há tanta gente a passar necessidades! Gostaria de ter um estilo de vida mais simples, mais austero. No fundo, mais cristão. E ensinar esse estilo de vida aos meus filhos. Dou-me conta de que o excesso de bens estragou-lhes um pouco a educação. A minha mulher pensa o mesmo. E também estamos de acordo em que o exemplo é o primeiro modo de educar. Acho que ainda estamos a tempo de mostrar-lhes na prática que é possível viver melhor com menos coisas».

Palavras de um pai de família que nos fazem pensar. A ideia de consumir com mais ponderação parece estar na mó de cima. Sobre-

* Enviada em 24 de Janeiro de 2012; afixada por *papinto*

tudo em virtude da crise que estamos a atravessar. Muita gente tem o desejo real de controlar melhor as suas despesas. Seria uma pena, no entanto, que fosse somente por este motivo. O consumo prudente não é uma simples medida para economizar — é uma condição fundamental para sermos felizes! Oxalá estas circunstâncias sejam um momento ideal para redescobrirmos isso.

Necessitamos do dinheiro para viver. Disso, ninguém tem dúvidas. Mas identificar a capacidade de gastar com a felicidade é um erro funesto. Uma vida feliz está muito mais relacionada com a qualidade das nossas relações com Deus e com os outros do que com as coisas que tenhamos ou que possamos vir a ter. Para um cristão — e também para qualquer pessoa sensata — não se trata somente de reduzir o consumo, mas de aprofundar em como vai a nossa relação com os bens materiais. Descobrir modos de usá-los como aquilo que são: instrumentos, não fins. Pedir a Deus que o nosso coração não se apegue àquilo que por definição é passageiro e caduco.

O dinheiro não garante a qualidade de vida. Nem garante, evidentemente, a qualidade da educação. Quantas vezes, na educação dos filhos, o problema não é a falta de dinheiro mas o excesso dele? Quantos pais enchem os seus filhos de presentes porque não têm tempo para estar com eles? Talvez a motivação para actuar deste modo seja boa — longe de mim pôr isso em causa! No entanto, não é um modo correcto de educar. Na educação, o tempo não se pode substituir pelo dinheiro nem pelos presentes.

O dinheiro mal gasto estraga a educação dos filhos — e estraga a capacidade dos pais para educarem correctamente. Quantos pais dizem que é preciso ter poucos filhos — um, no máximo dois — para poderem gastar mais com eles e dar-lhes assim uma melhor educação! Mais tarde, dão-se conta de que essa atitude complicou — e muito! — a educação dos seus filhos. Começam a pensar que os filhos teriam sido mais bem educados com menos dinheiro e mais irmãos.

EDUCAÇÃO E MULHER

Christiane **Kadjo***

COSTA DO MARFIM: EDUCANDO-SE A MULHER, EDUCA-SE A NAÇÃO

Christiane Kadjo recebeu, no último dia 27 de Outubro, em Madrid, o prémio Harambee (Espanha), pelo trabalho em seu país, a Costa do Marfim, com a finalidade de melhorar a educação e a igualdade de oportunidades para mulheres, através da ONG Educação e Desenvolvimento.

Graduada em Economia e Comércio, Kadjo trabalhou num banco na sua terra antes de se dedicar integralmente à ONG, que opera em centros de formação profissional na capital Abidjan e na cidade de Yamoussoukro. São centros que facilitam o acesso das jovens a trabalhos remunerados ou à criação de pequenas empresas. O prémio serve ainda para comunicar a situação da África, superando os estereótipos existentes no exterior, além de tentar evitar a emigração, já que a ONG procura oferecer possibilidades de desenvolvimento dentro do país de origem.

Kadjo foi entrevistada por ZENIT na sua passagem por Roma.

* Da ONG *Educação e Desenvolvimento*, ganhou o prémio Harambee (*ZENIT.org* - 9 Novembro, 2011).

ZENIT: Conte-nos um pouco sobre você.

Kadjo: Eu nasci na Costa do Marfim e estudei num colégio de freiras francesas, que nós chamávamos *les dames*. Agora eu trabalho integralmente nas actividades da ONG Educação e Desenvolvimento, no meu país.

ZENIT: E os estudos?

Kadjo: Trabalhei num banco, estudei filosofia na Itália, voltei para casa, dei aulas na escola onde tinha estudado, a escola de negócios. E desde 2002 dedico-me à ONG para promover a mulher.

ZENIT: A ONG foi fundada por você?

Kadjo: Não. A associação foi criada em 1992. Começou com uma escola. Ela é voltada à educação e à promoção da mulher, nas favelas, na periferia.

ZENIT: Quais são os principais problemas da África hoje em dia?

Kadjo: Nós temos vários, mas um grave na área da educação é o analfabetismo. Na África, a mulher é quem sofre mais esse flagelo. 50% a 60% são analfabetas. Outro é a saúde; as estruturas são deficientes, um médico para cada dez mil habitantes. Mas é a educação o que ajuda a economia a crescer. Educando a mulher, você educa toda a nação.

ZENIT: E qual é a solução para a educação?

Kadjo: Não é suficiente alfabetizar, porque tem muitas mulheres que não passam do ensino médio. E não encontrando trabalho, elas podem acabar em situações moralmente inconvenientes. Nós achamos que é importante apoiá-las e abrir uma escola que dê formação profissional. Para elas arrumarem um trabalho honesto e sustentarem a si mesmas e a família delas.

ZENIT: Que tipo de formação profissional vocês oferecem?

Kadjo: Programas em hotelaria, auxiliares de saúde e gestão de empresas. A gestão de empresas é particularmente útil porque ajuda a abrir microempresas.

ZENIT: Que tipo de microempresas?

Kadjo: Por exemplo, a primeira foi aberta por uma estudante de agronomia, que começou um cultivo de milho. Outra abriu um pequeno restaurante e até empregou uma aluna da mesma escola. Uma terceira compra legumes no mercado e faz um trabalho de higienização para a venda. E por aí afora.

ZENIT: Quantas jovens se formam por ano nesses institutos?

Kadjo. Cada ano mais de cem meninas entram no colégio de Yarani, onde fica o Centro de Capacitação da Mulher. Em Yamous-sokro, que é a capital política, nós temos o centro de formação Okassou.

ZENIT: Como vocês financiam as actividades?

Kadjo: Começamos pedindo às interessadas uma pequena participação. Assim conseguimos um pouco na Costa do Marfim. Outro pouco vem da cooperação italiana, junto com o centro Elis de Roma. Outra parte vem da Espanha, onde vários organismos nos ajudam.

ZENIT: Um dos problemas dos estudantes africanos que estudam na Europa é que depois eles ficam na Europa, em vez de levarem o que aprenderam de volta para o seu país.

Kadjo: É verdade. Quando uma pessoa tem um trabalho e uma atividade no próprio país, ela não tem necessidade de emigrar. Uma meta que nós temos é que o cidadão da Costa do Marfim não abandone o país.

ZENIT: E o prémio?

Kadjo: O prémio permite, além de tudo, comunicar o que estamos fazendo. Nós pedimos ajuda e por isso é bom podermos explicar o nosso trabalho para quem pode nos dar uma mão. Ajudando as pessoas, você permite que elas progridam para não dependerem sempre do exterior. Uma sinergia: uns ajudam e outros se desenvolvem. Não vamos esquecer que a África tem valores, recursos e muita juventude. Dois terços da nossa população têm menos de 25 anos.

EDUCAÇÃO: A CRIANÇA E O DIVÓRCIO; SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO: A CRIANÇA NO CENTRO DO CONFLITO CONJUGAL

Valeria GIAMUNDO*

A separação e o divórcio crescem cada vez mais na Itália. São numerosas as causas deste fenómeno e ainda maiores as consequências no âmbito familiar, particularmente na educação e desenvolvimento afectivo e psicológico dos filhos.

ZENIT falou com a psicóloga Valeria Giamundo, psicoterapeuta e docente na Escola de Psicoterapia cognitivo-comportamental, que realiza actividades de pesquisa com o fim de desenvolver tratamentos inovadores sobre a idade evolutiva.

Quais são as razões deste crescimento?

R: As separações e divórcios são consequência de profundas transformações sociais e culturais, a partir da emancipação feminina, até a chegada da mentalidade individualista da sociedade actual, que promove o interesse pelo bem estar individual e a realização pessoal, em vez dos interesses familiar e da sociedade como um todo.

A instabilidade do trabalho e da economia, e consequentemente o stress e o sentimento de precariedade, parecem diminuir a passa-

* Entrevista com a psicóloga Valeria Giamundo sobre as consequências deste fenómeno na infância, conduzida por Britta Doerre (ZENIT.org – 28 e 29 de Fevereiro, 2012).

gem para a vida adulta e com isso as decisões de formar família, subordinada à busca de estabilidade de rendimento, da procura de morada e por aí. A consequência é uma realidade familiar caracterizada por núcleos cada vez menores, com equilíbrio instável e conflitos relacionais.

As estatísticas evidenciam que, junto ao aumento das separações e dos divórcios, se regista também uma diminuição da taxa de matrimónios, que poderia confirmar uma efectiva propensão para a ruptura da ligação.

Muitas pessoas que, vivendo uma separação ou um divórcio, procuram a ajuda de um psicólogo?

R: Com o aumento do fenómeno com certeza que é maior a necessidade de serem orientadas para um profissional como nós, pois, na verdade, não é possível estar preparado para enfrentar uma situação tão estressante. A difusão do fenómeno tende a uma normalidade às vezes excessiva do evento, com o risco de subestimar os resultados do processo de separação.

E quais são as consequências?

R: Estudos vários demonstram que a separação conjugal está em segundo lugar entre as causas estressantes na vida do individuo, logo após a morte de um parente próximo. No âmbito clinico, as separações são comparadas ao luto pelas suas características psicológicas e emocionais.

A divisão familiar gera inevitáveis recaídas no bem estar psico-físico de todos os membros da família, e incide significativamente na qualidade dos relacionamentos entre pais e filhos, gerando a necessidade, para todos os membros, de recorrer a um apoio psicoterápico.

Quais são as marcas mais frequentes para uma criança?

R: Podem ser de diversas naturezas e dimensões: raiva, frustração, ansiedade, depressão, regressão, problemas comportamentais, distúrbios do sono, entre outros.

É importante observar as reacções da criança também no contexto extrafamiliar; os professores, por exemplo, são uma grande fonte de informação em relação aos pequenos. Muitas vezes, são eles que sinalizam um distúrbio, evidenciando, por exemplo, um problema na atenção ou na aprendizagem.

Na criança os sinais do sofrimento não emergem sempre de maneira muito evidente; os pais descrevem crianças que aparentemente protestam, crianças que se fecham em si mesmas, mas também crianças que reagem positivamente e que parecem facilmente adaptados ao evento.

Nestes casos não deve ser negligenciado o apoio, uma vez que poderia tratar-se de formas de pseudo adaptação, como acontece com crianças que negam a separação dos pais ou inibem a expressão para não intensificar o conflito conjugal.

Quais são os efeitos das separações a longo prazo? As crianças, no decorrer do crescimento, podem ressentir-se do erro dos pais?

R: A separação, se não for bem elaborada, pode ter efeitos ao longo do tempo na capacidade de construir e manter ligações afectivas mas, atenção, não é verdade que os filhos de pais separados correm maior risco do que filhos de pais unidos.

O clima familiar e a qualidade das relações é um elemento essencial. O maior dano é, na verdade, devido à perpetuação das condições em que a criança se sente o objecto de disputa; nesses casos, a criança vai reagir enfatizando os laços com um dos pais, geralmente com quem tem a custódia ou a guarda.

A ligação com apenas um dos pais é quase necessária para a criança que teme posteriores abandonos, mas isso gera experiências carregadas de sentido de culpa, conflitos interiores (além de relacionais) que terão inevitavelmente consequências sobre o futuro educativo, principalmente no aspecto psicoafectivo.

Porque é que os pais não conseguem ajudar os filhos neste momento de história familiar?

R: Os pais também vivem a separação como um evento traumático, muitas vezes a opção pela separação não é partilhada. Nestes casos a raiva, o medo, a sensação de falência impedem um confronto sereno e voltado a individualizar as melhores soluções para o equilíbrio familiar.

O conflito é sem dúvida o sintoma mais frequente e reflecte-se em comportamentos destrutivos não apenas em relação ao companheiro, mas também em relação aos filhos e a si mesmo. São desencadeadas verdadeiras guerras nos tribunais, onde o direito dos filhos de viver serenamente uma relação equilibrada com as duas figuras de referência é confiada à competência de um juiz ou perito.

Estas guerras podem causar a intensificação do desconforto da criança, com consequências agudas e crónicas que impedem o desenvolvimento de uma personalidade saudável e equilibrada. Os adultos de referência para a criança tornam-se, inesperadamente, frágeis e carentes de ajuda; em alguns casos os filhos assumem o papel de “protectores”, permanecendo atolados em relacionamentos disfuncionais, onde acabam, geralmente, protegendo o genitor considerado mais fraco.

Os danos que esses eventos causam são irrevogáveis e podem ocorrer mesmo depois de muito tempo, especialmente em crianças, com efeitos que vão desde problemas sociais a dificuldade em manter laços duradouros.

Como deveria ser o comportamento dos pais para minimizar o sofrimento dos filhos?

R: Nestes casos os pais devem ser ajudados ou apoiados, através da mediação familiar no processo de mudança, que implica uma notável reorganização do funcionamento familiar. A tarefa de um pai é manter íntegra a função parental, limitar o conflito e renovar as redes de relacionamento significativas, para que possam apoiar melhor o crescimento da criança.

Existem regras de comportamento que podem orientar os pais na gestão dos filhos durante a separação?

R: De acordo com especialistas, para proteger a criança, os pais devem observar três princípios fundamentais:

- 1) assegurar as condições de continuidade das situações mais pragmáticas, como os ritmos do sono e das refeições, os compromissos extracurriculares, etc ..;
- 2) garantir a previsibilidade, ou dar à criança a capacidade de prever determinados eventos, para aprender a antecipar o que vai fazer;
- 3) garantir a confiabilidade, dando pontos de referência afectiva para os filhos, para que se sintam realmente amados e apoiados em suas necessidades de crescimento pessoal.

A família alargada é uma questão muito debatida nos últimos anos. Muitos filmes tratam do assunto e, muitas vezes, mostram que superado os problemas, há sempre um Happy End. Na realidade, como as crianças percebem essa mudança?

R: A transição da família unida para a família separada é muitas vezes acompanhada pela formação de novos núcleos familiares, e isto requer um maior esforço de adaptação para a criança.

A capacidade de aceitar e integrar uma nova configuração familiar depende da sensibilidade dos pais e da integração gradual no novo núcleo: eles não devem impor um tempo e uma maneira que não leve em conta as características individuais dos filhos.

Se a criança não aceitou a separação dos pais, pode sentir o novo parceiro como um intruso e sua experiência de abandono pode ser acompanhada por sentimentos de traição ou de exclusão.

O conhecimento e a presença do novo parceiro deve ser gradual e discreta, com um cuidado especial para evitar a “armadilha” da competição e da provocação. Se o pai/mãe que “sofreu” a separação não aceitar a ideia do novo companheiro, a criança ficará presa no conflito de lealdade, e a possibilidade de construir um bom relacionamento será impedida.

Um Happy End, portanto, parece muito difícil

R: Pelo contrário, os resultados dependem das atitudes dos pais e de seus respectivos companheiros. O final feliz é possível, mas deve ser trabalhado. Não apenas com a intervenção profissional, mas refiro-me à vontade do pai em questionar-se, em participar activamente e com maior consciência no complexo processo de separação.

Qual é a função dos psicólogos nestes casos?

R: O profissional deve primeiramente explorar a possibilidade de uma reconciliação, mas se não houver condições que favoreçam a reunificação, a sua função será a de facilitar a elaboração do evento; estimular no adulto a consciência das muitas implicações que este evento possa ter sobre a família, educação e crescimento da criança, tanto num nível emocional, como no psíquico concreto e organizativo.

E no que diz respeito ao tratamento da criança ?

R: No caso da criança, a intervenção deve centrar-se na compreensão, na aceitação, no processamento da separação dos pais. É importante ajudá-la a reconhecer as emoções geradas, incluindo sentimentos de raiva e frustração, ambivalência afectiva ou sentido de culpa, porque as crianças muitas vezes sentem-se responsáveis pelo evento. Nesse sentido, nos últimos anos eu tenho aplicado a terapia de grupo, que provou ser particularmente eficaz para crianças.

Como funciona essa terapia?

R: As crianças enfrentam os problemas relacionados com a separação em grupos homogêneos por idade, de 4 ou 5 participantes. Eles compartilham o sofrimento, confrontam-se e apoiam-se mutuamente. A criança olha para o problema com mais coragem, aproveitando as experiências dos outros. O papel do terapeuta é estimular o confronto recíproco, ajudando a expressar o próprio estado de ânimo e a encontrar novas soluções para facilitar a adaptação. Para ter sucesso, porém, o tratamento das crianças deve ser acompanhado por intervenções de apoio à figura dos pais.

Quem procura a senhora: os pais por espontânea vontade ou os pais a pedido dos filhos?

R: Normalmente os pais procuraram aconselhamento para si ou para seus filhos. Na melhor das hipóteses – e estou-me referindo a esses pais que são particularmente sensíveis e atentos – a consulta é procurada em um tempo anterior ao da separação, para ser guiado e orientado no processo: para entender, por exemplo, como comunicar aos filhos, como propor a mudança, reorganizar o ritmo de vida e assim por diante.

Mas quando o acompanhamento profissional é requisitado numa fase posterior, as motivações que estão por trás são relacionadas com as dificuldades para administrar o desconforto da criança, isto é, os pais notaram que são incapazes por si só de aliviar o sofrimento de seu filho.

Quais são os mais comuns?

R: Um caso que muitas vezes se ouve é o de crianças, com idade a partir de 10 anos, que pedem aos pais para lhes fornecer ajuda profissional externa.

Estes, são casos em que se regista maior sofrimento, porque as crianças perceberam que o desconforto não é mais solucionável com a ajuda dos pais; mas também são os casos que têm um prognóstico mais positivo, já que a consciência do desconforto é combinada com o desejo de superá-lo, e a motivação para a mudança facilitará a recuperação de uma condição de serenidade e equilíbrio.

(Tradução:MEM)

EDUCAÇÃO E O PAPA

O DESAFIO DA EMERGÊNCIA EDUCATIVA

Paola DAL TOSO*

ZENIT: Como nasceu este livro?

Dal Toso: O livro nasceu do meu interesse pela educação como preocupação de Bento XVI. Eu comecei a refletir depois da conferência de Verona de 2006, quando o então diretor, Dom Bruno Stenco, deu a esse tema uma importância altíssima.

ZENIT: Bento XVI fez algum pronunciamento específico sobre esse tema?

Dal Toso: O papa, em janeiro de 2008, tinha escrito aquela carta à diocese de Roma sobre o dever da educação, e a minha atenção nasceu naquela circunstância. Depois eu escrevi um artigo, publicado na revista dos salesianos, *Orientações Pedagógicas*, que tem grande valor no meio universitário. Comecei a me dar conta da

* A Prof. Paola Dal Toso é uma estudiosa do magistério pedagógico do Papa. A entrevista que publicamos foi concedida a *ZENIT (ZENIT.org)* em 11 de Novembro de 2011, a propósito do novo livro que acabou de publicar, intitulado “*O Papa Bento XVI e a tarefa urgente da educação*”.

frequência dos chamamentos do papa sobre a educação. E a recopilar tudo o que ele ia dizendo sobre o assunto. Ele aborda o tema com frequência, levando em conta que ele não é um pedagogo, que não há pronunciamentos específicos sobre a educação, mas que ele fala dela no âmbito de outras questões. Temos as cartas e várias abordagens para a diocese de Roma, e para os bispos italianos, em referência ao planejamento pastoral num prazo de dez anos, mas ele também fez outros chamamentos.

ZENIT: É uma recopilação, portanto, sobre a educação nas diversas falas do atual pontífice.

Dal Toso: Eu tentei sistematizar todas essas falas, expressões e aprofundamentos. Organizei tudo num esquema simples, uma análise da emergência educativa e, portanto, dos problemas que caracterizam a sociedade. Dei atenção também à figura do educador, à relação educativa, ao educando, a outros educadores como os pais, as instituições. Do ponto de vista pedagógico, nós os chamamos de “agências educativas”: me refiro à família, à escola, às associações esportivas, à atividade paroquial e também ao voluntariado.

Depois toquei em outros temas, em particular o uso dos meios de comunicação, que podem ter valor também do ponto de vista educativo. Isto supera o contexto escolar como ele é entendido tradicionalmente. A educação não é só instrução.

ZENIT: E não se refere somente à educação dos mais jovens.

Dal Toso: Não, nos escritos do papa fica clara a exortação à educação não das crianças, como tradicionalmente a entendemos, mas também dos adolescentes, jovens e adultos. É muito claro: o papa aborda o problema da educação dos adultos, uma educação que tem que continuar durante toda a vida.

ZENIT: Existe um desejo de evangelização?

Dal Toso: Sim, especialmente quando o papa destaca a educação como um instrumento para acompanhar o descobrimento do que pode ser uma resposta à pergunta da verdade. Bento XVI vê nas pessoas essa demanda de verdade.

ZENIT: Há algo concreto que você queira destacar do pensamento de Bento XVI sobre a educação?

Dal Toso: Eu acho que o papa é consciente das dificuldades de educar na atualidade, mas nos convida também a ser valentes, a assumir a responsabilidade da educação, a aceitar este desafio de emergência educativa e esta necessidade.

REFLEXOS DE UMA SUPOSTA EDUCAÇÃO NOVA

Penitências e sacrifícios secularizados em conversa irreverente

Pe Aires GAMEIRO

Todos os noticiários nos bombardeiam com planos de sacrifícios, poupanças, jejuns e abstinências forçadas em nome da crise e das crises. A crise ataca em todos os quadrantes.

Longe vão os anos sessenta do Vaticano II, e os anos setenta do 25 de Abril. Num caso em nome do desviado “*aggiornamento*” conciliar; e noutro, da ventilação abrilista, tinha sido decretado o fim a todos os sacrifícios, mortificações, penitências e limitações aos desejos. Eram coisas de masoquismo religioso e de reacionarismo de ditadura. Uns diziam que se devia viver sempre no gozo saudável e em espírito festivo; e outros, que não havia lugar para proibições, limitações, poupanças, e tudo devia ser dado e já a todos. O paraíso era só para cá.

Nem viessem ainda alguns tímidos dizer que a cruz é para todos e sem ela não se pode seguir Cristo, e que isso estava no Evangelho e o céu não era todo para já. Mortificação, sacrifícios, seguir Jesus na paixão, abstinências, eram práticas do passado que iam contra o espírito cristão renovadíssimo, eram masoquismo, patologia. Os abrilistas e progressistas argumentavam que cada um pode fazer o que quiser da sua vida e dos bens dos outros, ninguém tem nada

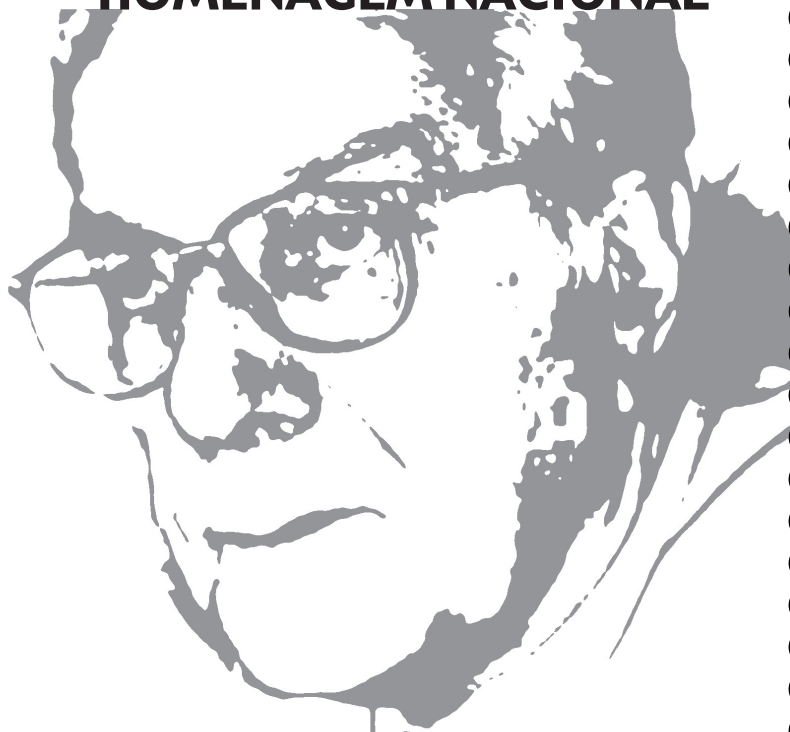
com isso, e os poderes políticos só tinham que nacionalizar tudo e distribuir a riqueza a todos sem demora e sem medida. As ciências humanas em euforia apoiavam tudo isso com muitas racionalizações e ideologia.

Assim se tentou fazer nos quarenta anos de aproximação entre cristianização e secularização. Uns punham de parte os sacrifícios e mortificações; a conversão para voltar ao caminho, à verdade e à vida; tudo em nome de uma nova espiritualidade descristianizada e de uma concepção de misericórdia divina, amorfa, sem justiça, sem exigências e sem dimensão de verdade. Outros guiavam-se pela “religião” marxista assente no trio das normas do partido, na arbitrariedade do poder do momento e da violência para os seus hereges que não aceitavam que o paraíso era todo para já, aqui e agora.

Agora a crise é grande. Um desconsolo! O secularismo, a permissividade, a lei do “é proibido proibir” estão também em crise. O retorno do recalçado (o chato!) está a dar sinal. Afinal sempre é preciso viver com menos, é preciso poupar, são precisos sacrifícios, as famílias são obrigadas a fazer penitência e mortificações. Pouco falta para chamar sadistas aos políticos de turno, e masoquistas aos que se rendem a exigências tão “cruéis”: obrigar ao jejum penitencial, à abstinência por falta de poder de compra, a mortificações impostas a crianças e adultos, a pôr de parte tantos consumos de luxo (e prejudiciais à saúde). Impostas não por razões de ascética cristã, de Evangelho, de vida identificada com Cristo da Paixão e unida à Santíssima Trindade. Agora os sacrifícios, as penitências e as reparações individuais e sociais pelo mal feito são impostas por outra trindade, a chamada *Troica* e pelos seus adjuntos, também de turno, do corpo debilitado e endividado da Europa. E todos são compelidos a respeitar os seus mandamentos sob pena de ficarem a pão e água, e com folhas de palma a cobrir as nudezas.

Funchal, 2 de Setembro de 2011

HOMENAGEM NACIONAL



PROF. DANIEL SERRÃO

INTRODUÇÃO

Na sessão de abertura das XVI Jornadas Nacionais Patient Care, no dia 9 de Fevereiro último, foi prestada uma merecida Homenagem Nacional ao Sr. Professor Daniel Serrão. A sessão, embora já esperada, colheu parcialmente de surpresa o homenageado visto que, não obstante o Sr. Professor Daniel Serrão ser o Presidente das Jornadas, a Comissão Organizadora sempre lhe velou o programa desta iniciativa, integrada na sessão inaugural dos eventos. No anfiteatro do Centro de Congressos de Lisboa estavam presentes perto de 2.000 pessoas que ocupavam todos os lugares sentados e os espaços das coxias.

A mesa foi presidida pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde Sr. Dr. Fernando Leal da Costa que se associou à homenagem em seu nome pessoal e em representação do Sr. Ministro da Saúde. Usaram da palavra o Sr. Dr. José Canas da Silva, Secretário Geral das Jornadas, que deu as boas vindas aos congressistas e fez a abertura oficial das sessões; a Sra. Dra. Lurdes Quaresma que se associou à homenagem em nome do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa: o Bastonário da Ordem dos Médicos Sr. Prof. José Manuel Silva que se associou à homenagem em nome próprio e no da Ordem dos Médicos; o Sr. Doutor Carlos Costa Gomes que fez uma breve apresentação da sua recente tese de doutoramento com o título de “*O Pensamento Bioético de Daniel Serrão*”; o Sr. Prof. Henrique Pereira que se referiu como co-autor ao processo criativo do livro “*Daniel Serrão. Aqui Diante de Mim*”. Em seguida, o Sr. Prof. José de Paiva Boléo-Tomé, director da «Acção Médica», proferiu a «Oração de Sapiência» por convite da Comissão Organizadora das Jornadas e

que constituiu a grande surpresa, não anunciada, programada em segredo pela Comissão Organizadora. No final, e com uma certa emoção, o Prof. Daniel Serrão agradeceu à Comissão Organizadora e às entidades presentes a homenagem que lhe fora prestada.

O Prof. Daniel Serrão foi Presidente da Associação dos Médicos Católicos Portugueses durante vários mandatos e é um assíduo colaborador da «Acção Médica». Publicou recentemente um livro em parceria com o Prof. Henrique Manuel Pereira sob a forma de uma longa interlocução sobre a memória crítica dos acontecimentos vividos e participados por Daniel Serrão ao longo da sua vida¹. Nele estão envolvidos os temas mais relevantes dos últimos cinquenta anos no nosso país filtrados por uma vivíssima inteligência e uma cultura de excepção – o significado e o valor da vida humana, a família, a morte, a sexualidade, os assuntos fundamentais da Bioética, a poesia, a música e a pintura, a guerra em África, Salazar e Marcelo Caetano, a transição política, as novas perspectivas da sociedade portuguesa, o Serviço Nacional de Saúde, a investigação científica e as universidades.

No último número da «Acção Médica» foi publicado um excelente artigo do Prof. Henrique Vilaça Ramos sobre aquele livro². Publicamos em seguida o texto da Oração de Sapiência proferida pelo Director da Acção Médica, Prof. Boléo-Tomé, por ocasião da Homenagem Nacional ao Senhor Professor Daniel Serrão.

Alexandre Laureano Santos

¹ Henrique Manuel S. Pereira: *Daniel Serrão Aqui diante de mim*. Esfera do Caos. Editores. Lisboa, 2011.

² Henrique Vilaça Ramos: *Um Livro, uma Vida: Daniel Serrão*. Acção Médica Ano LXXV, nº 4, Out/Dez 2011, pg. 65.

DANIEL SERRÃO: UM HOMEM NA HISTÓRIA DA VIDA

*J. Paiva Boléo-Tomé**

Foi-me pedido que me responsabilizasse por uma *Oração de Sapiência*, que seria proferida hoje, aqui e agora, como um dos momentos da homenagem ao Professor Doutor Daniel Serrão. Este convite deixou-me a contas com um difícil dilema: primeiro, o motivo e a Pessoa, causas do convite, não me davam saída para uma recusa; e segundo, num discurso desta natureza, a sabedoria e a construção literária precisam de dar as mãos para que surja a harmonia do conjunto. Foi e é esta segunda parte do dilema que constitui para mim um problema complicado. É que a *Sapiência* está ali...; por isso resta-me a primeira parte da expressão – a *Oração*. Peço-lhes que não tomem este comentário como um pequeno jogo de palavras ou, muito menos, como uma hipotética falsa modéstia, pois para mim, tal como para o Professor Daniel Serrão, a falsa modéstia é profundamente ridícula. Tomem-no, sim, como uma preocupação que não me abandonou desde que compreendi que a recusa era impensável.

O que irão ouvir será apenas, dentro do curto espaço de tempo que me foi atribuído, a tradução verbal de alguns dos muitos pensamentos e reflexões que vieram ocupando o meu espírito, a

* Professor Catedrático Jubilado, Universidade de Lisboa; Director da revista de doutrina e crítica «Acção Médica».

propósito de um Homem e da sua obra, que têm marcado o seu e o nosso tempo com um pensamento superior, com a Verdade da sua vida, com a simplicidade da sua relação humana.

SER HUMANO

Como ponto de partida para esta quase meditação em voz alta escolho o que se encontra no início de todos nós e nos define – a *Humanidade* do ser que somos.

O que existe de tão especial que coloca os humanos, que somos nós, num lugar à parte de entre todos os seres vivos?

Aos seres humanos foi-lhes entregue, com a Vida, para serem humanos, um dom especial, exclusivo e precioso – a *Liberdade*. Todos os nossos actos, toda a nossa vida como autores e actores da história humana, são marcados por este bem exclusivo, que permite que cada um dos seres que são humanos deixe a memória da sua passagem gravada na longa história da humanidade.

Noutro local pude desenvolver em detalhe o que é este bem precioso, que pouco ou nada tem a ver com o que politicamente se entende por liberdade.

Como característica fundamental do ser humano, encontra o seu valor nos quatro tempos ou pilares que a definem: capacidade de pensar, capacidade de escolher, capacidade de decidir, capacidade de actuar, solidamente implantadas numa base de responsabilidade.

Pensamento, escolha, decisão, acção, são nossos (ou devem ser...) e da nossa inteira responsabilidade. Não é o “destino”, esse determinismo absurdo, que nos conduziria obrigatoriamente a um suposto acto ou fim, já escrito no tempo futuro. “Foi o destino”, é a expressão/fuga, a péssima desculpa de quem não quis ou não soube aceitar por completo o dom excepcional que nos foi entregue com uma Vida, que nos cabe valorizar.

Quando olhamos para o percurso de Vida de um homem como Daniel Serrão, o que vemos? Será a desajeitada desculpa de um

tal “destino” onde tudo estaria gravado ou predeterminado – que formaria família numerosa, que seria Professor Catedrático, que seria expulso da Faculdade nos gloriosos anos dos disparates, que viria a ser um dos expoentes máximos da Bioética – seria mesmo esse incrível “destino” o autor de uma Vida tão rica de dor e alegria, de dificuldades e de coragem, de disponibilidade e simplicidade, negando assim todo e qualquer livre arbítrio?

Se, em Daniel Serrão, como ser plenamente humano, a liberdade tem sido assumida de forma indiscutivelmente responsável, na sua profissão, na sua intervenção social, na sua presença na Família e no Mundo, tudo isso tem um significado: os talentos que lhe foram entregues com a Vida não foram resguardados medrosamente ou preguiçosamente num cofre à prova de roubo; pô-los, sim, ao serviço de todos, não com o pretensiosismo de quem tudo sabe, mas com a simplicidade de quem, porque é humano e como qualquer humano, pode ter dúvidas e pode enganar-se.

Felizmente que assim é, assim tem sido, e sei que assim continuará a ser, porque é um homem que cultiva a Verdade. Para nós, os outros humanos, é um exemplo e uma força, ajudando-nos com o seu pensamento, as suas escolhas, as suas decisões, os seus actos, isto é, com o uso sistemático, responsável, da liberdade que lhe foi entregue, tal como a nós todos, como dom exclusivo de humanidade.

VIDA HUMANA

O segundo ponto desta espécie de reflexão em voz alta diz respeito à Vida que, por ser nossa, é humana.

Penso ser quase inútil dizer que a vida que nos foi oferecida é um bem absoluto, como fundamento de todos os direitos e de todos os deveres, dos comportamentos, do trabalho, do estudo, das dificuldades, das alegrias.

Facundo Cabral, o cantor argentino que a UNESCO nomeou Mensageiro Mundial da Paz em 1996³, lembra-nos que *«do útero ao túmulo vivemos numa escola: aquilo a que chamamos problemas são apenas lições»*.

A Vida, não a pedimos mas, ao recebê-la, neste caminho progressivamente educativo que ela nos proporciona, passamos a responsáveis pela sua administração, pela sua defesa, pela sua valorização, em todos os componentes da nossa natureza humana: biológico, afectivo, social, psicológico, espiritual. Quaisquer que sejam os factores que pareçam tornar impossível esta administração da vida em qualidade – doenças, malformações, dificuldades sociais, agressões, recusas, exclusões, perseguições – a sua administração positiva e a sua defesa são um dever inalienável em todas as circunstâncias.

Se ficarmos a olhar para as nossas misérias, frustrações e tristezas, só conseguimos levar amargura a todos os que se aproximam. São os nossos problemas, tantas vezes sem valor, que nos ocupam e nos vão conduzindo a situações depressivas que se propagam como uma epidemia. Margarida Cordo diz-nos mesmo que, no mundo ocidental, parece que foi adoptado “um manual de más práticas de vida, centradas no próprio umbigo”⁴.

Será esta a vida que escolheremos? Será esta a Vida de que fala Daniel Serrão em tantas e tantas intervenções públicas e escritas?

Facundo Cabral dá-nos mais uma ajuda quando diz, a quem o quiser ouvir, que *«não estás deprimido, estás é distraído ou desocupado; ajuda quem precisa e serás ajudado; a ajuda prestada é uma forma de ser feliz»*. E diz mais ainda: é que *«não podemos*

³ Nasceu na Argentina em 22 de Maio de 1937, e foi assassinado na Guatemala em 9 de Julho de 2011, depois de um concerto, quando se dirigia para o aeroporto. Poeta, escritor, compositor, cantor famoso, foi uma voz incómoda, quer na denúncia, quer na mensagem de Paz. A sua morte deixou a América Latina de luto (ver Prof. Calixto Silva Neto em www.calixto.com.br).

⁴ In “Hospitalidade”

esquecer que o Bem é maioria mas não se percebe porque é silencioso». É que «por cada bomba que explode e mata, há milhões de carícias que alimentam a Vida. É isso que vale a pena».

Saiu há pouco um pequeno livro chamado «O Voo da Borboleta»⁵, onde uma jovem conta a sua história dolorosa com a progressão de uma neurofibromatose que pouco a pouco a vai incapacitando. Tem uma frase que não resisto a deixar-lhes e que merece ser lida através da nossa própria vida: *«Dava tudo, mesmo tudo, para voltar a sorrir. Porque, durante o tempo em que pude sorrir não sorri o suficiente».*

Este exemplo da Maria João, assim se chama a jovem que sofre desde criança, fez-me recordar um outro que, tal como aquele, não teve lugar nos nossos noticiários de misérias, egoísmos, catástrofes e frustrações. Trata-se de Emil Brown, com atrofia muscular progressiva, dado a conhecer em livro em 2006⁶. Já em fase terminal, escreveu com dificuldade no computador de voz: *«Não tenham medo de envelhecer ou adoecer; meus amigos. Todas as experiências merecem ser vividas. Com todas as suas limitações, obstáculos e dor, a vida ainda é um tesouro».* E para a filha que o acompanhou sempre deixou esta mensagem: *«Celebra o dia de hoje».* Todos os dias.

Hoje não se celebra; discute-se a vida humana, sob os mais variados pretextos, transformando-a numa coisa que poderá ou não ter interesse político, social ou económico.

Daniel Serrão, ao longo das suas múltiplas intervenções, públicas ou escritas, dentro ou fora do País, no Conselho da Europa ou na UNESCO, tem afirmado claramente o valor da vida humana, em todos os momentos do seu desenvolvimento. E não apenas como

⁵ Maria João Inocêncio, editora Livros d'Hoje

⁶ «The Tattooed Flower», de Suzy Zail; publ. Scribe, Melbourne, 2006

o estrito respeito pela vida, em si mesma, mas pela sua valorização em qualquer estadio, em qualquer situação.

A propósito da eutanásia, a que muitos chamam “morte por compaixão”, não está com meias palavras: «*A morte por compaixão é a morte da compaixão*» – «*é a morte do amor pelo outro*». E, para que não restem dúvidas sobre o seu pensamento aponta um caminho: os centros de cuidados paliativos fundados por Cecily Saunders, da Grã-Bretanha⁷ e que, em França, mereceram o elogio surpreendido do Presidente François Mitterrand.

E, porque o problema do respeito pela vida é um problema de amor para com o outro, Daniel Serrão não se tem cansado de insistir na necessidade da «educação para o Amor», que eu próprio tive ocasião de definir noutro lugar como «a vocação essencial do ser humano»⁸.

Cito: «*A esperança no nosso tempo é (...) a da educação dos jovens no amor pela vida em geral e no respeito absoluto pela vida humana, como agenda da Bioética*».

Esta Bioética de que tanto se fala ainda não conseguiu atingir o ponto fundamental dessa agenda: manipulada por políticos, economistas, ecologistas e por muitos dos seres humanos em geral, a educação para o amor torna-se inconveniente; assim, é uma Bioética falhada, que é necessário reintegrar, aproximando-a da Bioética sonhada .

Este ponto da minha reflexão, porque é verdadeiramente apaixonante, daria para longas conversas sobre nós próprios, sobre a natureza das coisas, sobre os comportamentos humanos, sobre a educação das crianças e jovens, e até, no momento difícil que atravessamos, sobre esta crise de que todos falamos e que nós sentimos,

⁷ Entrevista dada a «Notícias Médicas», 09/03/2005

⁸In «Pensar Educação»; transcrito em «Acção Médica, Dezembro de 2007.

mas que podemos classificar, sem dúvida alguma, como uma «crise de amor» que gera a incompreensão, a desconfiança, as exigências egoístas, a incapacidade de dar as mãos para uma entreeajuda eficaz.

Cito mais uma vez, Daniel Serrão: *«Amar o outro sempre, na sua fragilidade como embrião e feto, na sua vulnerabilidade como ser perturbável, nos seus erros e desvios, até na sua maldade. Amar o outro sempre. Porque também eu sou frágil e vulnerável, também eu erro e também eu sou capaz de ser maldoso. Mas quando a face do outro me confronta e me interroga, na profundidade do seu olhar-me, descubro a dignidade radical da condição humana, que só o mistério do amor ma pode ajudar a respeitar»*⁹. Daí parte o seu apelo de que é necessário *«educar os jovens para que possam e saibam ser felizes»*¹⁰.

A FAMÍLIA

Dos muitos pontos que tinha anotado para reflectir, e como os minutos se vão esgotando, vou apenas debruçar-me um pouco sobre um aspecto da vida deste Homem notável que “não passa no tempo”: *«o tempo é que vai passando por mim e eu aproveito-o todo»*. São as suas palavras e eu acredito nelas – *«aproveito-o todo»* diz Daniel Serrão. Não admira, por isso, que alguém, nos corredores internacionais por onde tantas vezes circula, tenha comentado com espanto: *«mas será que este homem dorme?»*

São mais uns apontamentos, poucos, e o tema é a Família.

Porquê a Família?

Foi em 1971 que o psiquiatra inglês David Cooper apresentou o livro a que deu o título *«A Morte da Família»*. Defensor da chamada antipsiquiatria e da conhecida contracultura juvenil revolucionária

⁹In «Acção Médica», nº 1, 1996.

¹⁰«Acção Médica», nº 4, 1991.

do Maio de 68, Cooper acusa a Família de ser a base do conformismo e da limitação da própria identidade do indivíduo; é criada, assim, uma rede de tabus, vínculos e costumes, cuja finalidade quase única é permitir a sobrevivência da instituição “Família”.

Mais de 40 anos depois a profecia de Cooper falhou completamente. Bem pelo contrário: assistimos a uma viragem ideológica, por vezes surpreendente pelas pessoas e pelos locais onde escrevem. Serve de exemplo o jornal «The Guardian» onde, pela pena do geneticista MacFaden, se salienta o papel fundamental da Família para a *Saúde Social* (a que ele chama “inteligência social” e “coesão social”). E aponta mesmo, o que é ainda mais surpreendente, uma característica familiar essencial para esta “saúde social” – a *fidelidade*¹¹.

Encontramo-nos assim bem perto de tudo o que foi dito sobre a «educação para o amor». A História, tantas vezes apontada como “mestra da vida”, mostra-nos factos: a dissolução da Família precedeu e esteve na base da queda de civilizações. Não é de admirar que Daniel Serrão diga: «*A Família foi e é a minha prioridade*». Por isso não a constituiu sem ter uma garantia mínima de que podia assegurar essa prioridade. «Família» para ele significava e continua a significar uma relação profunda de amor com a mulher que escolheu e que o escolheu, com os filhos que geraram e educaram – e foram seis – sem luxos mas com uma vida simples e segura.

Daniel Serrão conta-nos, no livro em que se revela nas múltiplas conversas e mensagens trocadas com Henrique Manuel Pereira¹², as suas viagens profissionais com a Mulher, o primeiro filho e “fraldas não descartáveis”, a mobilização indevida para Angola, que aceitou por dever de consciência, em que tiveram de pedir ajuda aos padrinhos e amigos para ficarem com cinco dos seis filhos.

¹¹The Guardian, 14 /02 / 2008.

¹² «Daniel Serrão – aqui, diante de mim», Esfera do Caos, Novembro de 2011.

A Família, para ele, é o lugar onde não deve haver qualquer tipo de relação de domínio ou de poder, onde se dá e se recebe, onde se constrói um modelo de sociedade em que a fraternidade, o valor, o esforço pessoal e colectivo, são a base da educação das novas gerações.

O drama vivido da morte de um filho tornou ainda mais evidente o valor e a importância de uma família que, mesmo no silêncio e dor que cada um viveu para si, bastou o diálogo mudo da presença. Todos estavam lá.

A família não é uma circunstância. Numa sociedade que angustiadamente procura a felicidade em formas de prazer efêmero ou em liberdades desviantes, cada vez mais a Família forte, unida, fiel, onde o amor é a pedra de toque de toda a relação, nos bons e nos maus momentos, é o elemento base, o alicerce estável para a edificação da nova civilização, que foi, é e será o sonho de tantos.

Termino, tendo apenas esboçado a tal “Oração” que me coube, isolada da “Sapiência”. Daniel Serrão, diante de nós ou diante de si mesmo, é definido por uma palavra, cheia de significado: *VERDADE*. Verdade na presença, Verdade na palavra, Verdade no sentir, Verdade na Vida. E, como homem de Fé, procura a Verdade mais alto porque, pelas suas próprias palavras, só «*nestas bandas, as de Deus, é que eu queria ser grande, ser gente, ser rei*»¹³

Quanto a nós, que acompanhamos o seu trajecto, aqui, diante de si, ou em qualquer outro lugar, temos uma única palavra a dizer: OBRIGADO

Lisboa, 9 de Fevereiro, 2012

¹³ Retirado das suas «Notas Biográficas», 2005



NOTÍCIAS
E
COMENTÁRIOS

CONGRESSO DA FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS MÉDICOS CATÓLICOS (FEAMC)

Entre 14 e 18 de Novembro próximos terá lugar em Roma o próximo Congresso da Federação Europeia dos Médicos Católicos (FEAMC) em conjunto com o Congresso da Federação Italiana (AMCI). Uma das razões fundamentais da organização na capital italiana desta reunião trianual dos médicos católicos da Europa foi o desejo expresso pelo Santo Padre de conceder uma audiência aos congressistas e aos seus acompanhantes durante a qual proferirá uma comunicação oficial no sábado, dia de 17 de Novembro. O congresso terá lugar nas instalações da Università Cattolica del Sacro Cuore (estação do metro “Gemelli” na linha de Transtevere a Viterbo).

O Congresso subordinar-se-á ao tema “*A Bioética e a Europa Cristã*”. O programa provisório tem seis sessões dedicadas aos seguintes temas: 1 – *As raízes e as concepções cristãs da Bioética*; 2 – *Os temas gerais da Bioética*; 3 – *O debate sobre o início e o fim da vida humana*; 4 - *A objecção de consciência na Europa*; 5 – *A repartição dos recursos em cuidados de saúde*; 6 – *Questões ligadas ao conhecimento científico e à globalização*.

Durante o congresso haverá conferências, mesas redondas, comunicações orais e sessões de posters. Estão incluídos no programa a organização de um simposio paralelo dedicado aos jovens médicos, aos internos e aos estudantes de medicina; um simposium *Prolife* (com intervenções dedicadas à “*Dignidade da Vida Humana*”, à “*Ideologia do Género*”, à “*Eutanásia Pré e Post Natal*”). Num dos

dias da reunião estão agendadas as Assembleias Gerais da Federação Europeia (FEAMC) e da Associação Italiana (AMCI).

Durante o congresso estão programadas visitas acompanhadas ao Museu do Vaticano, à Capela Sistina, à Vila Borghese e a outros pontos de interesse da cidade de Roma.

Dentro de algumas semanas será distribuído um programa definitivo e detalhado desta reunião. A Associação dos Médicos Católicos Portugueses proporá oportunamente aos interessados um programa de viagem e estadia dedicado ao Congresso (informações - email: *a.laureano@netcabo.pt*).

CONSELHO DA EUROPA: RESOLUÇÃO SOBRE DIRECTIVAS ANTECIPADAS (TESTAMENTO VITAL)

Resolução da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa no sentido de favorecer as directivas antecipadas da vontade¹

1. Com base no artigo 8º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem que se refere ao direito ao respeito pela vida privada dos cidadãos, existe um acordo generalizado em que nenhuma intervenção pode ser praticada sobre uma pessoa sem que esta tenha dado o seu consentimento. Deste direito fundamental decorrem os princípios da autonomia pessoal e do consentimento segundo os quais todos os doentes maiores e capazes não devem ser manipulados e se a sua vontade estiver claramente expressa ela deve prevalecer

¹ Resolução 1859 (2012). Texto discutido e adoptado pela Assembleia em 25 de Janeiro de 2012 (Relator: M. Xuclá I Costa).

mesmo que isso signifique uma recusa de um tratamento: ninguém deverá ser obrigado a submeter-se a um tratamento médico contra a sua vontade.

2. O Conselho da Europa incorporou este princípio na Convenção para a protecção dos direitos do homem e da dignidade do ser humano relativamente às aplicações da biologia e da medicina: convenção sobre os direitos do homem e a biomedicina (Convenção de Oviedo) que obriga juridicamente a maioria dos Estados membros. A convenção aplica-se também às situações em que os doentes não podem exprimir a sua vontade, visto que o texto prevê que os desejos previamente expressos por um doente relativos a uma intervenção médica durante a qual o doente não pode exprimir a sua vontade “deverão ser tidos em conta”.

3. Os desejos podem ser formalizados pelas directivas antecipadas, os testamentos de vida ou as procurações permanentes. Na sua Recomendação CM/Rec(2009)11² relativa aos princípios a que devem obedecer as procurações permanentes e as directivas antecipadas dos doentes com incapacidade, a Comissão dos Ministros recomendou aos Estados membros que promovam estas práticas definindo um certo número de princípios com o objectivo de contribuir para que os Estados membros criem uma regulamentação adequada e eficiente.

4. No entanto, as situações reais em cada país são muito variáveis, oscilando entre a ausência total de legislação sobre as directivas antecipadas até à existência de leis específicas cujo articulado contraria a sua aplicação. Mesmo nas situações em que existe uma legislação adequada, na prática esta não é aplicada. Na verdade, nos dias de hoje apenas uma pequena minoria dos 800 milhões de cidadãos do Conselho da Europa tem efectivamente acesso às directivas antecipadas, ao testamento de vida e/ou às procurações permanentes,

² <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=1563397&Site=CM>

situação que torna difícil, se não impossível, ter verdadeiramente em conta os desejos dos doentes previamente expressos e deste modo proteger eficazmente os seus direitos e a sua dignidade.

5. A resolução presente não se destina a tratar das questões da eutanásia e do suicídio assistido. A eutanásia, no sentido da utilização de procedimentos por acção ou omissão que provoquem intencionalmente a morte de uma pessoa dependente em nome do interesse desta, deve ser sempre interdita. A resolução presente refere-se apenas à questão das directivas antecipadas, dos testamentos de vida e das procurações permanentes.

6. A Assembleia Parlamentar entende ser da maior importância que sejam feitos progressos nestes domínios em todos os Estados membros de modo que se garantam os direitos humanos e a dignidade das pessoas em todo o continente europeu. Recomenda-se pois aos Estados membros:

6.1. que seja assinado, ratificado e verdadeiramente cumprido o conteúdo da Convenção de Oviedo, se ainda não estiver a ser aplicado;

6.2. que se cumpra a Recomendação CM/Rec(2009)11 da Comissão de Ministros sobre os princípios a que devem obedecer as procurações permanentes e as directivas antecipadas dos doentes incapazes;

6.3. que se reveja, se se tornar necessário, a legislação de cada país nesta matéria:

6.3.1. nos países que não têm legislação específica se estabeleça um programa para a criação de disposições legislativas no sentido de favorecer as directivas antecipadas, os testamentos de vida e/ou as procurações permanentes, na base das disposições da convenção de Oviedo e da Recomendação CM/Rec(2009)11, obtendo os pareceres das instituições e das entidades nacionais competentes antes da

criação da legislação pelos parlamentos e prevendo depois da criação da lei uma campanha de informação e de sensibilização dirigida ao grande público, bem assim aos profissionais da saúde e do direito;

6.3.2. nos países que já dispõem de uma legislação específica nestas matérias, se verifique a sua compatibilização com as normas emitidas pelo Conselho da Europa e se criem as condições para que o grande público e os profissionais da saúde e os do direito tenham os conhecimentos suficientes e adequados da legislação e os apliquem nas suas práticas.

7. A Assembleia, lembrando a sua Recomendação 1418 (1999)³ sobre a protecção dos direitos do homem e da dignidade dos doentes incuráveis e moribundos, recomenda aos parlamentos nacionais que respeitem os seguintes princípios quando legislarem nestes domínios, em complemento das regras presentes na Convenção de Oviedo e da Recomendação CM/Rec(2009)11 da Comissão de Ministros:

7.1. se promova a autodeterminação das pessoas maiores e capazes de fazer uma previsão sobre uma possível situação de incapacidade futura no sentido da elaboração de directivas antecipadas, dos testamentos de vida e/ou das procurações permanentes; esta medida deverá ter prioridade relativamente a outras medidas de protecção dos doentes.

7.2. as directivas antecipadas, os testamentos de vida e/ou as procurações permanentes deverão, em princípio ser apresentadas sob a forma escrita e deverão ser plenamente respeitadas quando tiverem sido correctamente validadas e registadas (idealmente em registos oficiais e públicos).

³ http://assembly.coe.int/main.asp?link=/Documents/AdoptedText/ta99/EREC14_18.htm

Ver também: <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=/Documents/Adopted-Text/ta12/EREC1993.htm>

7.3. a função de representação do interessado deverá poder ser feita por duas pessoas, uma das quais se ocupará dos bens e a outra da saúde e do bem-estar; deverá também prever-se a possibilidade de uma autoridade pública designar um representante, nos casos em que o próprio o não tenha feito, sempre no sentido dos superiores interesses da pessoa doente;

7.4. as instruções contidas nas directivas antecipadas que sejam contrárias à lei ou às boas práticas e as instruções que não correspondam às situações de facto tais como os/as próprios/as as tinham previsto no momento da assinatura do documento não são válidas;

7.5. a elaboração das directivas antecipadas, dos testamentos de vida e/ou das procurações permanentes por vontade própria deverão ser acessíveis a todos os membros das sociedades; terão que evitar-se os formulários complicados e as formalidades onerosas;

7.6. as pessoas maiores e capazes deverão ser encorajadas a rever a intervalos regulares as suas directivas antecipadas, os testamentos de vida e/ou as procurações permanentes (por exemplo: uma vez por ano) e deverão poder revogá-las e modificá-las em qualquer momento;

7.7 para combater os abusos, deverá criar-se um sistema de controlo no qual uma autoridade competente estará habilitada a inquirir e, se necessário, a intervir nos casos em que se admita que o mandatário não está a agir conforme a procuração permanente ou no interesse do mandante;

7.8. não pode admitir-se que as decisões nestas matérias sejam tomadas por terceiras pessoas que invoquem esse direito fundamentando-se em juízos de valor de ordem geral; em casos de dúvida, as decisões devem sempre ser no sentido de preservar a vida.

ACÇÃO MÉDICA HÁ 50 ANOS

O número de Janeiro-Março de 1962 abre com um artigo de Ramos Lopes (Universidade de Coimbra) acerca das exigências da fé no exercício da profissão. Como era seu timbre, o ilustre professor passa em revista, metódica e sucintamente, os variados problemas morais com que o médico se pode deparar, no exercício da sua profissão, desde o abortamento à eutanásia, da esterilização à narco-análise, para concluir que não basta uma boa preparação em Deontologia médica e uma adesão aos princípios hipocráticos, pois ao médico cristão se exige que vá mais além e da filantropia passe ao amor – caridade.

Curiosamente, o contributo seguinte, da autoria do Cónego Gregório Neves, constitui como que um continuado do anterior, colocando a fé como princípio orientador de toda a actividade do médico cristão. Firmeza nos princípios, benevolência e não maleficência, respeitar a hierarquia dos valores e dos deveres, confiar no auxílio da graça e resistir, se necessário heroicamente – eis os princípios basilares do médico cristão.

Nicolau Stenon, o médico e anatomista dinamarquês que se ordenou e foi sagrado Bispo, é objecto de um estudo de Michael Dechaume. Figura grada da ciência anatómica do século XVII, nasceu luterano e converteu-se ao catolicismo. Deixou obra vasta, descobriu o canal salivar que é conhecido com o seu nome e descreveu o coração e a língua como órgãos musculares. Depois de

ordenado, escreveu obras teológicas e exerceu o seu múnus episcopal na Alemanha e na Itália. O seu túmulo encontra-se em Florença, na igreja de S. Lourenço, e costuma estar florido com ramos colocados por fiéis dinamarqueses, como tive oportunidade de verificar.

O cardeal König, de Viena, proferiu uma conferência sobre “As obrigações do intelectual católico no mundo de hoje”, peça notável de doutrinação, que a nossa revista transcreve. Na impossibilidade de transmitir sequer uma pálida imagem da sua riqueza conceptual, que se mantem perfeitamente actual, remetemos o leitor para o seu estudo.

Notícias várias e um notável “Ficheiro Bibliográfico”, que elenca, por temas, todos os artigos publicados nos primeiros 25 anos da revista completam este fascículo. Desde Aborto até Urologia são 125 temas, alguns incluindo apenas um artigo, outros com dezenas de referências. Chama-se a atenção para este precioso contributo para quem se dedique à história do pensamento médico e ético no nosso País.

Walter Osswald

ACÇÃO MÉDICA

ANO LXXVI, Nº 1, MARÇO 2012

RESUMOS

- ABERTURA: Educar é um risco; mas vale a pena** – J. BOLÉO-TOMÉ 3
É bem possível que sejam poucos os que conhecem o artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos - «aos pais pertence a prioridade na escolha do *género de educação* a dar aos seus filhos». Temos visto, sim, a negação dessa prioridade, quando sistematicamente se acumulam nos programas ditos educativos, erros pedagógicos graves e a introdução de ideologias inaceitáveis ou discutíveis. Por isso se pode dizer que educar, hoje, é um risco, mas é um risco que é necessário correr para corrigir o que uma política, pelo menos desastrada, está a fazer às crianças e jovens.
- Educação e Estado** – D. Manuel CLEMENTE 5
O Sr. D. Manuel Clemente refere-se ao conceito de cultura como a capacidade que nos permite compreender e agir no meio envolvente natural e humano partindo do que recebemos do passado para resolver os problemas do presente e nos projectarmos no futuro. Convoca para os actos e para as instituições da educação os princípios da Doutrina Social da Igreja: da dignidade da pessoa humana, do bem comum, da solidariedade e da subsidiariedade. O papel fundamental do Estado é o de facultar a todos o que lhe é devido nos domínios da educação em função do bem comum estimulando a criatividade e a corresponsabilidade das pessoas, das comunidades e dos grupos, para benefício do conjunto e dentro de objectivos gerais democraticamente definidos
- Educação: As crianças hoje** – Pe. John FLYNN 13
O texto refere-se a um relatório publicado recentemente na Austrália por um professor de Direito de Família da Universidade de Sydney. Apesar do desenvolvimento económico e social da Austrália nos últimos anos, tem havido um aumento dramático de todos os indicadores de maus tratos e de abandono infantil, atingindo todas as classes sócio-económicas. O factor fundamental parece ser a existência de conflitos e de rupturas familiares. Estes dados parecem convergir com os dos estudos recentes efectuados nos Estados Unidos e no Reino Unido

- Educação, ensino e programas** – Helena MATOS 17
 A autora refere-se ao ensino oficialmente proposto nos domínios da Língua Portuguesa e da História, o qual se encontra desligado das realidades objectivas da Nossa Língua e da Nossa História. Nos manuais utilizados no ensino intermédio, mesmo nos anos pré-universitários, os textos literários são apresentados de uma forma parcial e fraccionada, sem uma perspectiva globalizante das obras originais e dos seus contextos. A autora propõe edições adequadamente anotadas das obras originais. A História de Portugal é apresentada em blocos, com escassas referências cronológicas e com o largo predomínio dos movimentos sociais e colectivos.
- Educação: geração “à rasca”** – Mia COUTO 22
 Existe mais do que uma geração à rasca no nosso país. Está a geração mais nova que não foi preparada para lidar com as dificuldades do mundo real; e está a geração anterior que sublimou as suas próprias frustrações educando os filhos para uma abastança caprichosa e irreal que privou os jovens das capacidades para o conhecimento do mundo. Eis uma geração jovem que se admite como altamente qualificada, que passou por escolas e universidades, que estudou pouco e não aprendeu a viver verdadeiramente no mundo em que lhe foi dado crescer.
- Educação: as reformas que a vão destruindo** – Sara FIDALGO 26
 Uma carta escrita por uma filha de uma professora que não conseguiu resistir às alterações, às injustiças e aos comportamentos que ocorreram no sistema educativo do nosso país nos últimos anos. Exprime a sua revolta pela desvalorização dos professores mais antigos, pela anulação das capacidades adquiridas ao longo dos anos e da sua motivação profissional obrigando-os, com a hostilidade da tutela, a adaptar-se a uma realidade que nunca conheceram.
- Educação, liberdade e homossexualidade** – José António SARAIVA 30
 A propósito de um artigo publicado anteriormente expressando uma opinião contrária á designação de *casamento* aplicada às uniões homossexuais o autor recebeu numerosas mensagens grosseiras e ofensivas da sua dignidade por exprimir a sua opinião. A liberdade de expressão e a imprensa livre constitui uma das conquistas da civilização bem documentada no jornal que o autor dirige onde todas as opiniões sobre o tema têm sido livremente expressas.
- Educação e a distorção da liberdade** – Pe. Gonçalo Portocarrero de ALMADA 34
 A propósito de uma contundente reacção a um artigo publicado sobre o regime legal da alteração do sexo, o autor comenta as injúrias e os ataques pessoais de que são alvo os autores que exprimem opiniões sobre

certos temas que se encontram em discussão na sociedade portuguesa. Constitui também uma missão da Igreja a defesa do direito de opinião, da intervenção cívica dos fiéis, da liberdade de pensamento e da sua expressão.

Educação e ataque à Igreja – João César das NEVES 37

A cultura dominante é o resultado dos ataques continuados à cultura cristã nos últimos 500 anos. No período da Reforma agrediu-se a Igreja em nome do Cristianismo; na segunda fase, a partir do Sec. XVIII, recusou-se Deus e conservou-se a Moral Cristã; a partir da segunda metade do Séc. XIX houve um ataque frontal ao Cristianismo tentando criar-se uma moral exclusivamente humana e eliminando todas as referências metafísicas. O último meio milénio não foi mais duro para os discípulos de Cristo que os anteriores. Desde o Calvário, a Igreja é atacada. Ressuscitando ao terceiro dia.

Educação e felicidade – Eliane BRUM 40

Uma conhecida jornalista e escritora brasileira comenta a educação actual afirmando que não prepara os jovens para os desafios do mundo contemporâneo. A educação dá-lhes habilitações para utilizar as ferramentas da tecnologia mas retira-lhes capacidades para lidar com o esforço, as contrariedades, as frustrações e a fragilidade da matéria da vida. Por tudo isso sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o património da felicidade e não foi ensinada a criar a partir da dor.

O dinheiro e a educação dos filhos – Pe. Rodrigo Lynce de FARIA 46

A maneira de lidar com o dinheiro, que tem levado muitas famílias a situações de insolvência, é um dos aspectos a que é necessário dar valor na educação dos filhos. É difícil controlar as despesas quando os apelos ao consumismo são constantes, na rua, na televisão, nos colegas da escola. Saber resistir e saber economizar são uma das condições fundamentais para se poder ser feliz. Menos dinheiro e mais irmãos talvez seja uma boa receita para fazer as crianças mais felizes.

Educação e Mulher – Christiane Kadjo 48

Uma breve entrevista da agência noticiosa Zenit a uma mulher natural da Costa do Marfim que foi educada por freiras católicas francesas. Recebeu recentemente em Madrid um prémio pelo trabalho nos sectores da educação e da criação de igualdade de oportunidades para as mulheres do seu país através de uma ONG dedicada à educação e ao desenvolvimento.

Educação: a criança e o divórcio – Valeria GIAMUNDO 51

Uma entrevista oportuna da agência noticiosa Zenit a uma psicoterapeuta

italiana docente de uma escola de psicoterapia que realiza actividades de investigação no sentido de desenvolver novas abordagens no apoio e na educação das crianças e dos adolescentes filhos de pais que se separaram.

Educação e o Papa – Paola DAL TOSO 59

Uma breve entrevista da agência noticiosa Zenit a uma jornalista que publicou um livro sobre as atitudes e as preocupações do Papa Bento XVI sobre temas da educação e da pedagogia das crianças, dos jovens e dos adultos, a qual se deve manter toda a vida na demanda da Verdade.

Reflexos de uma suposta «Educação Nova» – Pe. Aires Gameiro 62

Vão longe os anos do Vaticano II e da Revolução de Abril. Em nome do “*aggiornamento*” conciliar e da libertação abrilista decretava-se o fim de todos os sacrifícios e de todas as restrições. Em nome das ideologias e seguindo os sinais das ciências humanas havia que distribuir a riqueza sem demora e sem medida. A oscilação do pêndulo do tempo pende agora para que os sacrifícios e as penitências sejam impostos por outras forças.

HOMENAGEM NACIONAL ao Prof. DANIEL SERRÃO

■ **Introdução** – Alexandre LAUREANO SANTOS 67

Breve notícia sobre a homenagem nacional ao Prof. Daniel Serrão, prestada no congresso «Patient Care», em Lisboa, e que contou com algumas surpresas desconhecidas do homenageado, entre as quais uma *Oração de Sapiência* que é transcrita a seguir.

Daniel Serrão: um Homem na História da Vida – J. BOLÉO-TOMÉ 69

O Autor apresentou a sua “oração” como uma quase meditação em voz alta sobre alguns dos muitos aspectos possíveis para uma abordagem da vida e intervenção social do Prof. Daniel Serrão. Escolheu como primeiro ponto de reflexão a *humanidade* do Ser e a sua qualidade excepcional, que nos coloca, a todos os humanos, num lugar à parte – a *Liberdade* e os seus pilares, pensamento, escolha, decisão e acção, numa sólida base de responsabilidade. Como segundo ponto escolheu uma reflexão sobre a *Vida*, como fundamento de todos os direitos e deveres, nos comportamentos, no trabalho, no estudo, nas dificuldades e nas alegrias. Às dificuldades chamou “lições” da escola da Vida. Por fim falou do valor da *Família*, que Daniel Serrão coloca como a sua prioridade. Terminou apresentando o homenageado como o símbolo da Verdade, na presença, na palavra, no sentir, na Vida.

NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS

- ⊙ **Congresso da FEAMC** 81
Primeira notícia sobre o Congresso da Federação Europeia dos Médicos Católicos, que irá realizar-se em Roma, de 14 a 18 de Novembro próximo. O tema geral vai ser «A Bioética na Europa Cristã».
- ⊙ **Conselho da Europa: directivas antecipadas (Testamento Vital)** 82
A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa recomendou aos Estados membros que promovam as medidas que incentivem as regras contidas na Convenção de Oviedo e a doutrina anteriormente expressa sobre as directivas antecipadas, os testamentos de vida e as procurações permanentes dos doentes incapazes de exprimir a sua vontade, rejeitando expressamente os procedimentos por acção ou omissão que provoquem intencionalmente a morte de uma pessoa dependente em nome do interesse desta.
- «**ACÇÃO MÉDICA**» **HÁ 50 ANOS**—Walter OSSWALD 87

NOVOS ASSOCIADOS

Foram admitidos como novos associados:

- ✓ Dra. Ana Luísa Fonseca Afonso Pereira | GUARDA
- ✓ Dra. Margarida Maria Garcia de Valadares Souto | SENHORA DA HORA
- ✓ Dra. Emília dos Anjos Pereira e Silva | BAIÃO

SÓCIOS FALECIDOS

Tomamos conhecimento dos falecimentos dos nossos Associados.

- ✓ Pe. Alberto Azevedo | BRAGA
- ✓ Dr. Manuel Cândido Afonso Pereira | GUARDA

Às famílias enlutadas a Associação dos Médicos Católicos Portugueses manifesta o seu pesar.

